

Terra Santa  
Agro S.A.

**Informações contábeis  
intermediárias em  
30 de junho de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da  
**Terra Santa Agro S.A.**  
São Paulo – SP

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Agro S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



### **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### **Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Ulysses M. Duarte Magalhães  
Contador CRC RJ-092095/O-8

**Terra Santa Agro S.A.**

**Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018**

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.150	23.061	11.312	30.677
Contas a receber de clientes	4	10.677	16.976	10.756	17.111
Títulos a receber	5	12.279	4.814	14.678	20.571
Instrumentos financeiros derivativos	23	8.409	2.647	8.409	2.647
Estoques	6	145.815	337.275	151.493	339.835
Ativos biológicos	7	306.987	225.252	306.987	225.252
Tributos a recuperar	8	18.887	12.850	23.539	16.841
Despesas antecipadas		1.849	468	2.010	658
Depósitos judiciais		-	-	18.994	-
Outros ativos		1.971	1.437	1.974	1.448
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	9	2.934	9	2.934
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>510.033</b>	<b>627.714</b>	<b>550.161</b>	<b>657.974</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos a receber	5	11.562	9.826	11.562	9.833
Tributos a recuperar	8	44.929	57.547	76.544	91.204
Tributos diferidos	10	197.588	186.538	197.588	186.538
Depósitos judiciais	21	5.646	3.508	5.665	21.998
Adiantamentos para futuro aumento de capital	11	380	356	-	-
Outros ativos		15.489	15.420	15.493	15.420
<b>Total</b>		<b>275.594</b>	<b>273.195</b>	<b>306.852</b>	<b>324.993</b>
<b>Propriedade para investimento</b>					
Propriedade para investimento	13	4.454	4.717	4.454	4.717
Investimentos	12	1.245.437	1.221.246	-	-
Direitos de uso dos ativos	14	168.188	-	168.188	-
Imobilizado	15	191.269	208.937	1.037.131	1.060.842
Intangível	16	857	998	276.342	276.483
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.885.799</b>	<b>1.709.093</b>	<b>1.792.967</b>	<b>1.667.035</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.395.832</b>	<b>2.336.807</b>	<b>2.343.128</b>	<b>2.325.009</b>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>					
Salários e contribuições sociais		9.276	8.520	9.300	8.557
Fornecedores	17	233.302	192.460	233.302	192.461
Arrendamentos a pagar	14	22.716	13.251	22.716	13.251
Tributos a recolher		7.014	9.263	8.998	11.069
Empréstimos e financiamentos	18	224.112	318.694	225.303	319.781
Tributos parcelados	20	5.668	5.322	6.769	6.943
Adiantamentos de clientes	19	29.831	144.635	29.831	146.695
Instrumentos financeiros derivativos	23	-	3.951	-	3.951
Títulos a pagar		11.543	7.389	11.569	7.426
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>543.462</b>	<b>703.485</b>	<b>547.788</b>	<b>710.134</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	18	503.236	559.912	506.304	562.974
Arrendamentos a pagar	14	131.544	-	131.544	-
Mútuos	11	136.804	86.499	-	-
Tributos parcelados	20	17.123	18.823	20.045	21.665
Títulos a pagar		1.468	1.468	2.959	2.959
Tributos diferidos	10	-	-	74.296	62.642
Provisão para demandas judiciais	21	29.316	24.630	29.316	24.630
Provisão para perdas em investimentos	12	2.003	1.985	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>821.494</b>	<b>693.317</b>	<b>764.464</b>	<b>674.870</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.364.956</b>	<b>1.396.802</b>	<b>1.312.252</b>	<b>1.385.004</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	22	2.757.502	2.707.502	2.757.502	2.707.502
Ajustes de avaliação patrimonial	23.h	(59.266)	(108.876)	(59.266)	(108.876)
Prejuízos acumulados		(1.667.360)	(1.658.621)	(1.667.360)	(1.658.621)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>1.030.876</b>	<b>940.005</b>	<b>1.030.876</b>	<b>940.005</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.395.832</b>	<b>2.336.807</b>	<b>2.343.128</b>	<b>2.325.009</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Terra Santa Agro S.A.

## Demonstrações dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora			
		2019		2018	
		Trimestre	Semestre	Trimestre (reapresentado)	Semestre (reapresentado)
Receita líquida de vendas	25	94.443	401.993	71.281	350.988
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	41.749	118.778	134.285	186.359
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	(19.157)	(141.005)	(21.265)	(110.528)
Custo dos produtos vendidos	26	(97.208)	(351.155)	(67.385)	(299.165)
<b>Lucro bruto</b>		<b>19.827</b>	<b>28.611</b>	<b>116.916</b>	<b>127.654</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com vendas	26	(1.374)	(9.022)	(956)	(6.497)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	26	(9.195)	(20.197)	(11.258)	(22.595)
Remuneração dos administradores	24	(1.259)	(4.356)	(1.061)	(3.975)
Resultado de equivalência patrimonial	12	2.304	25.082	1.284	19.443
Provisão para perdas em investimentos	12	(11)	(18)	(5)	(16)
Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	26	116	178	105	123
Outras receitas (despesas), líquidas	26	7.526	5.329	(931)	544
		<b>(1.893)</b>	<b>(3.004)</b>	<b>(12.822)</b>	<b>(12.973)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social</b>		<b>17.934</b>	<b>25.607</b>	<b>104.094</b>	<b>114.681</b>
<b>Resultado financeiro</b>	27				
Receitas financeiras		3.887	4.353	13.016	22.413
Despesas financeiras		(41.413)	(74.524)	(41.128)	(70.026)
Derivativos, líquidos		9.585	13.267	3.421	3.893
Variações cambiais, líquidas		11.857	11.509	(27.645)	(23.169)
		<b>(16.084)</b>	<b>(45.395)</b>	<b>(52.336)</b>	<b>(66.889)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social</b>		<b>1.850</b>	<b>(19.788)</b>	<b>51.758</b>	<b>47.792</b>
Imposto sobre a renda e contribuição social					
Diferido	10(b)	(5.265)	11.049	(36.647)	6.479
<b>(Prejuízo) lucro líquido do período</b>		<b>(3.415)</b>	<b>(8.739)</b>	<b>15.111</b>	<b>54.271</b>
(Prejuízo) lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia		<b>(3.415)</b>	<b>(8.739)</b>	<b>15.111</b>	<b>54.271</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Terra Santa Agro S.A.

## Demonstrações dos resultados

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

Nota	Consolidado				
	2019		2018		
	Trimestre	Semestre	Trimestre (reapresentado)	Semestre (reapresentado)	
Receita líquida de vendas	25	94.587	401.847	85.756	374.235
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	27.779	122.459	117.522	188.686
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	(19.157)	(141.005)	(21.265)	(110.528)
Custo dos produtos vendidos	26	(82.996)	(324.245)	(63.400)	(295.741)
<b>Lucro bruto</b>		<b>20.213</b>	<b>59.056</b>	<b>118.613</b>	<b>156.652</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com vendas	26	(1.374)	(9.022)	(957)	(6.498)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	26	(9.770)	(21.400)	(12.025)	(24.002)
Remuneração dos administradores	24	(1.259)	(4.356)	(1.061)	(3.975)
Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	26	417	243	106	124
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	7.517	7.851	(1.332)	(465)
		<b>(4.469)</b>	<b>(26.684)</b>	<b>(15.269)</b>	<b>(34.816)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social</b>		<b>15.744</b>	<b>32.372</b>	<b>103.344</b>	<b>121.836</b>
<b>Resultado financeiro</b>	27				
Receitas financeiras		4.249	4.948	13.526	23.427
Despesas financeiras		(38.367)	(68.955)	(40.240)	(68.130)
Derivativos, líquidos		9.585	13.267	3.421	3.893
Variações cambiais, líquidas		11.864	11.516	(27.631)	(23.177)
		<b>(12.669)</b>	<b>(39.224)</b>	<b>(50.924)</b>	<b>(63.987)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social</b>		<b>3.075</b>	<b>(6.852)</b>	<b>52.420</b>	<b>57.849</b>
Imposto sobre a renda e contribuição social	10(b)				
Corrente		44	(1.282)	-	-
Diferido		(6.534)	(605)	(37.309)	(3.578)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do período</b>		<b>(3.415)</b>	<b>(8.739)</b>	<b>15.111</b>	<b>54.271</b>
(Prejuízo) lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia		<b>(3.415)</b>	<b>(8.739)</b>	<b>15.111</b>	<b>54.271</b>
<b>(Prejuízo) lucro por ação ordinária:</b>					
<b>Básico e diluído - em R\$</b>	29	<b>(0,1671)</b>	<b>(0,4556)</b>	<b>0,8435</b>	<b>3,0295</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Terra Santa Agro S.A.

### Demonstração dos resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora e consolidado			
	2019		2018	
	Trimestre	Semestre	Trimestre (reapresentado)	Semestre (reapresentado)
<b>(Prejuízo) lucro líquido do período</b>	(3.415)	(8.739)	15.111	54.271
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
<b>Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado</b>				
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	27.647	49.610	(93.854)	(95.855)
Alteração no regime de tributação em 1ª de janeiro de 2018	-	-	-	(8.205)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	27.647	49.610	(93.854)	(104.060)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>24.232</b>	<b>40.871</b>	<b>(78.743)</b>	<b>(49.789)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## Terra Santa Agro S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Capital</u>					<b>Total do patrimônio líquido</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Gastos com emissão de ações</b>	<b>Reservas de capital</b>	<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	
<b>Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017</b>	2.728.353	(20.851)	1.890	(15.926)	(1.701.546)	991.920
Impacto da adoção do CPC 48 / IFRS 9	-	-	-	-	(1.272)	(1.272)
<b>Saldo apresentado em 1º de janeiro de 2018</b>	<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.890</u>	<u>(15.926)</u>	<u>(1.702.818)</u>	<u>990.648</u>
Resultado abrangente do período						
Alteração no regime de tributação em 1ª de janeiro de 2018				(8.205)	8.205	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	54.271	54.271
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	(104.060)	-	(104.060)
<b>Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(112.265)</u>	<u>62.476</u>	<u>(49.789)</u>
Transações de capital						
Efeitos com plano de opções de ações reconhecidos no período	-	-	(533)	-	601	68
<b>Total de transações de capital</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(533)</u>	<u>-</u>	<u>601</u>	<u>68</u>
<b>Saldo reapresentado em 30 de junho de 2018</b>	<u>2.728.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>1.357</u>	<u>(128.191)</u>	<u>(1.639.741)</u>	<u>940.927</u>
<b>Saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018</b>	2.728.353	(20.851)	-	(108.876)	(1.658.621)	940.005
Resultado abrangente do período						
Integralização de capital	50.000	-	-	-	-	50.000
Prejuízo do período	-	-	-	-	(8.739)	(8.739)
Outros resultados abrangentes do período	-	-	-	49.610	-	49.610
<b>Total de resultados abrangentes do período, líquidos de impostos</b>	<u>50.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>49.610</u>	<u>(8.739)</u>	<u>90.871</u>
<b>Saldo em 30 junho de 2019</b>	<u>2.778.353</u>	<u>(20.851)</u>	<u>-</u>	<u>(59.266)</u>	<u>(1.667.360)</u>	<u>1.030.876</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Terra Santa Agro S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>(Prejuízo) lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social</b>		(19.788)	47.792	(6.852)	57.849
Ajustes de:					
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	26	(118.778)	(186.359)	(122.459)	(188.686)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	26	141.005	110.528	141.005	110.528
Depreciações e amortizações	26	19.797	16.733	19.507	19.341
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	26	(13.912)	210	(15.504)	210
Resultado da equivalência patrimonial	12.3	(25.082)	(19.443)	-	-
Provisão para perdas em investimentos	12.3	18	16	-	-
Despesas com planos de outorga de opções de compra de ações		-	68	-	68
Provisão para demandas judiciais		5.672	3.674	5.672	3.674
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	4 e 5	(178)	(123)	(243)	(124)
Provisão das perdas estimadas em estoques	6	722	(285)	722	(285)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	27	9.287	6.312	9.241	5.756
Juros e variações cambiais, líquidos		91.676	58.402	91.100	58.593
Derivativos líquidos		(13.267)	(3.893)	(13.267)	(3.893)
<b>Variação nos ativos e passivos:</b>					
Contas a receber de clientes		6.332	7.342	6.395	7.455
Títulos a receber	28	3.678	5.048	23.301	6.893
Estoques		201.713	346.859	203.108	344.296
Ativos biológicos		(108.660)	(248.473)	(108.660)	(248.473)
Tributos a recuperar	28	(5.291)	(5.220)	(6.731)	(4.641)
Despesas antecipadas		(1.381)	(946)	(1.352)	2.314
Outros ativos		(603)	(1.313)	(599)	(1.338)
Ativos não circulantes mantidos para venda		2.925	-	2.925	-
Depósitos judiciais		(2.396)	(1.697)	(2.919)	(2.146)
Salários e contribuições sociais		756	3.775	743	3.774
Fornecedores	28	25.933	12.320	25.932	6.952
Tributos a recolher	28	11.422	14.173	13.139	15.105
Adiantamentos de clientes		(114.804)	(78.362)	(116.936)	(78.441)
Tributos parcelados	28	(2.159)	(1.178)	(1.794)	(2.535)
Arrendamentos a pagar		2	(15.924)	2	(12.960)
Pagamentos de demandas judiciais	21	(728)	-	(728)	-
Mútuos		50.281	31.392	-	-
Títulos a pagar		4.152	2.012	4.141	2.167
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		148.344	103.440	148.889	101.453
Imposto de renda e contribuição social pagos		(20)	-	(20)	-
Juros pagos		(37.065)	(15.149)	(37.065)	(15.149)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos - NDF		(333)	(9.477)	(333)	(9.477)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		110.926	78.814	111.471	76.827
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aplicações financeiras		-	(14)	-	101
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		12.087	902	12.087	902
Aquisição de imobilizado		(6.977)	(4.154)	(6.977)	(4.154)
Aquisição de intangível		(6)	(106)	(5)	(110)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>		5.104	(3.372)	5.105	(3.261)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Captações de empréstimos e financiamentos	18	73.070	82.824	73.070	87.703
Amortização de empréstimos e financiamentos	18	(220.020)	(162.712)	(220.020)	(162.713)
Pagamentos de passivos de arrendamentos	14	(42.878)	-	(42.878)	-
Instrumentos financeiros derivativos pagos - Swap		3.887	3.515	3.887	3.515
Aumento do capital social	22	50.000	-	50.000	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		(135.941)	(76.373)	(135.941)	(71.495)
<b>(Redução) aumento líquido de caixas e equivalentes de caixa</b>		(19.911)	(931)	(19.365)	2.071
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	3	23.061	10.514	30.677	10.561
Caixas e equivalentes de caixa no final do período	3	3.150	9.583	11.312	12.632

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na nota explicativa 28.

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

# Terra Santa Agro S.A.

## Demonstrações do valor adicionado

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018 (reapresentado)	2019	2018 (reapresentado)
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias e produtos	470.306	380.747	471.587	405.873
Outras receitas	18.621	3.249	21.458	4.096
Abatimentos e devolução de vendas	(47)	(75)	(414)	(232)
Reversão por redução ao valor recuperável de recebíveis	178	123	243	124
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	118.778	186.359	122.459	188.686
	<u>607.836</u>	<u>570.403</u>	<u>615.333</u>	<u>598.547</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Matérias-primas consumidas	(178.704)	(180.023)	(178.704)	(180.023)
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(141.005)	(110.528)	(141.005)	(110.528)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(146.504)	(80.702)	(119.929)	(75.429)
(Provisão) reversão para perdas estimadas em estoques	(722)	285	(722)	285
Outras despesas	(11.938)	(6.474)	(13.265)	(8.550)
	<u>(478.873)</u>	<u>(377.442)</u>	<u>(453.625)</u>	<u>(374.245)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	128.963	192.961	161.708	224.302
Depreciações e amortizações	(19.797)	(16.733)	(19.507)	(19.341)
<b>Valor adicionado líquido gerado pela Companhia</b>	<u>109.166</u>	<u>176.228</u>	<u>142.201</u>	<u>204.961</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	25.082	19.443	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(18)	(16)	-	-
Receitas financeiras	15.963	28.375	20.376	29.389
	<u>150.193</u>	<u>224.030</u>	<u>162.577</u>	<u>234.350</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Pessoal:				
Remuneração direta	30.713	34.039	30.756	34.080
Benefícios	929	751	934	756
FGTS	2.060	2.683	2.064	2.686
	<u>33.702</u>	<u>37.473</u>	<u>33.754</u>	<u>37.522</u>
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	9.697	10.655	11.270	11.633
Estaduais	8.459	10.868	9.366	11.790
Municipais	129	138	184	155
Diferidos	(11.049)	(6.479)	605	3.578
	<u>7.236</u>	<u>15.182</u>	<u>21.425</u>	<u>27.156</u>
Remuneração de capitais de terceiros:				
Juros e variações cambiais	108.530	99.080	106.639	96.930
Multas	1.092	2.425	1.126	2.872
Aluguéis e arrendamentos	8.372	15.599	8.372	15.599
	<u>117.994</u>	<u>117.104</u>	<u>116.137</u>	<u>115.401</u>
Remuneração de capitais próprios:				
(Prejuízo) lucro líquido do período	(8.739)	54.271	(8.739)	54.271
	<u>(8.739)</u>	<u>54.271</u>	<u>(8.739)</u>	<u>54.271</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>150.193</u>	<u>224.030</u>	<u>162.577</u>	<u>234.350</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## **Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias**

*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

### **1 Informações gerais**

#### **1.1 Atividades operacionais**

A Terra Santa Agro S.A ("Companhia" ou "Terra Santa Agro"), foi constituída em 18 de julho de 2003, sob a denominação de Brasil Biodiesel Comércio e Indústria de Óleos Vegetais Ltda., como uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, tendo atualmente sede na Praça General Gentil Falcão, 108 - cj 81, Brooklin Novo, São Paulo - SP.

Em 9 de novembro de 2006, por meio do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº 046/2006, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedeu à Companhia o registro de "Companhia Aberta", possibilitando a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3).

A Companhia tem como objetivo principal alcançar a excelência operacional na produção de grãos e fibras e no desenvolvimento de terras e, em conjunto com a controlada TS Brasil S.A., exploram atividades agrícolas, com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, e suas atividades consistem basicamente em:

- cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização;
- comercialização de insumos agropecuários;
- beneficiamento do algodão em caroço, próprio e de terceiros; e
- prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas.

Essas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas de terceiros e sob regime de parceria agrícola com a controlada TS Brasil S.A.

#### **1.2 Situação econômica e financeira da Companhia**

Em 30 de junho de 2019, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 33.429, substancialmente representado pelos passivos bancários, fornecedores exigíveis e passivos de arrendamentos nos próximos 12 (doze) meses.

Uma parcela importante dos passivos bancários da Companhia corresponde à dívida de custeio, constituída para financiar a safra, e liquidada com recursos da própria safra. Considerando o êxito já obtido em renegociações com fornecedores e bancos nos últimos anos, a Administração espera que a parcela referente ao custeio, que inclui capital de giro, venha a ser integralmente renovada, conforme prática característica do setor.

Em 2018, o lucro líquido registrado pela Companhia foi de R\$ 42.262, o maior verificado em sua história, fruto do intenso trabalho realizado ao longo dos últimos anos, que teve início com o *turnaround* operacional da Companhia em 2013, aliado a uma série de ações nas esferas comerciais e administrativas nos anos subsequentes, que acabaram por se refletir em seus resultados financeiros.

A geração operacional de caixa da Companhia apresenta melhora significativa. Entre os principais fatores estão: melhoria dos indicadores operacionais, em especial a produtividade e a redução dos custos operacionais e a desvalorização da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Administração possui as seguintes ações em andamento:

- i. Tratativas junto às principais instituições financeiras credoras com o objetivo de explorar alternativas que possibilitem a adequação do fluxo de caixa financeiro ao fluxo de geração de caixa operacional. No último trimestre de 2018, a Companhia concluiu a negociação para o alongamento do prazo de pagamento de seu passivo bancário com o Itaú Unibanco S.A. (vide divulgação na nota explicativa 18), envolvendo parte da dívida de curto prazo e parte da dívida estrutural, equivalente a US\$ 85,1 milhões (equivalente a R\$ 333,0 milhões). Dando continuidade ao processo de reestruturação das dívidas, a Companhia tem a expectativa de repactuação da dívida com o Banco Bradesco ainda em 2019.
- ii. Plano de venda de ativos, não operacionais ou pouco rentáveis, em valor aproximado de R\$ 101.000, a ser realizado até o final de 2019. Até o encerramento do primeiro semestre, a Companhia efetuou a venda de R\$ 46.408, equivalente a 45,9% do compromisso assumido em seu plano inicial.
- iii. Outras alternativas de financiamento por meio de emissões públicas no mercado de capitais e capital próprio. Visando equalizar sua estrutura de capital, reduzindo sua alavancagem, e reforçar o capital de giro da Companhia, o Conselho de Administração aprovou em 29 de abril de 2019 através de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, aumento de capital no valor de R\$ 50.000, mediante subscrição privada de novas ações ordinárias e de bônus de subscrição, atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações ordinárias.

Vale destacar que faz parte das atribuições cotidianas da Companhia o monitoramento contínuo da expectativa de geração de caixa e gestão financeira que contempla a captação de novos recursos necessários para o financiamento das operações nos próximos meses. Por isso, a Administração está confiante na capacidade que a Companhia tem de operacionalizar seus planos de financiamento e na consequente manutenção de sua continuidade operacional. É importante destacar que a Companhia possui patrimônio significativamente superior às suas obrigações financeiras e operacionais, representado majoritariamente por terras agrícolas que tem valor de mercado equivalente a R\$ 1.235.580 conforme indicado por avaliação efetuada emitida em março de 2019, referente ao exercício de 2018, por avaliador independente e, que estão sujeitas a condições de garantias divulgadas na nota explicativa 15.3.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base na continuidade operacional, o que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações, conforme prazos divulgados na nota explicativa 23 (g) (ii). Adicionalmente, a Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme o planejado e que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, próprios ou de terceiros, conforme ações descritas nos parágrafos anteriores. Diante disso, a Administração tem expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

### **2.1 Base de preparação**

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, publicadas em 20 de março de 2019, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não sofreram alterações relevantes na preparação destas informações intermediárias em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS's não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

Em 06 de agosto de 2019, foi autorizada pela administração da Companhia e pelo Conselho de Administração a emissão das informações contábeis intermediárias.

### **2.2 Adoção de novas normas e alteração de políticas contábeis**

Na preparação dessas informações contábeis intermediárias, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2019.

## 2.2.1 CPC 06(R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

	Controladora			Consolidado		
	Dilvgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019	Dilvgado 31/12/2018	Ajustes adoção CPC 06 (R2) / IFRS 16	Valor ajustado em 01/01/2019
<b>Ativo</b>						
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>627.714</b>	-	<b>627.714</b>	<b>657.974</b>	-	<b>657.974</b>
Direito de uso	-	186.507	186.507	-	186.507	186.507
Outros ativos não circulante	1.709.093	-	1.709.093	1.667.035	-	1.667.035
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.709.093</b>	<b>186.507</b>	<b>1.895.600</b>	<b>1.667.035</b>	<b>186.507</b>	<b>1.853.542</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.336.807</b>	<b>186.507</b>	<b>2.523.314</b>	<b>2.325.009</b>	<b>186.507</b>	<b>2.511.516</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Arrendamentos a pagar	13.251	15.664	28.915	13.251	15.664	28.915
Outros passivos circulantes	690.234	-	690.234	696.883	-	696.883
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>703.485</b>	<b>15.664</b>	<b>719.149</b>	<b>710.134</b>	<b>15.664</b>	<b>725.798</b>
Arrendamentos a pagar	-	157.592	157.592	-	157.592	157.592
Outros passivos não circulantes	693.317	-	693.317	674.870	-	674.870
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>693.317</b>	<b>157.592</b>	<b>850.909</b>	<b>674.870</b>	<b>157.592</b>	<b>832.462</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>940.005</b>	<b>13.251</b>	<b>953.256</b>	<b>940.005</b>	<b>13.251</b>	<b>953.256</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>2.336.807</b>	<b>186.507</b>	<b>2.523.314</b>	<b>2.325.009</b>	<b>186.507</b>	<b>2.511.516</b>

A norma sobre Operações de arrendamento mercantil - CPC 06(R2) (IFRS 16) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Companhia optou pela adoção da abordagem retrospectiva modificada como método de transição a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeitos prospectivos, portanto, os períodos comparativos não estão sendo rerepresentados e contemplam a abordagem da norma vigente à data base. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de arrendamentos de terras agricultáveis e alugueis de frota de veículos e imóvel mantidos até a adoção da norma como arrendamento mercantil operacional.

As premissas consideradas para adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 na Companhia foram:

- Prazo de arrendamento mercantil – período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento mercantil do imóvel. A Companhia adotou o prazo firmado em cada contrato, pois entende que não possui uma obrigação executável além do prazo contratual estabelecido. Determinou-se também o uso da percepção tardia (*hindsight*), para determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros;
- Isenção de reconhecimento – A Companhia optou pela isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e arrendamentos de baixo valor, considerando ativos subjacentes com valor inferior a R\$ 20 mil. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou da despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido;
- Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário – a Companhia considerou, para todos os contratos, taxas de juros necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma. Para identificar as taxas adotadas, a Companhia considera a taxa livre de risco, ajustada pelos efeitos inflacionários e risco de crédito do país, adicionada aos fatores de risco de crédito da Companhia e prêmio específico dos ativos arrendados;

As taxas utilizadas pela Companhia variam conforme a classe dos ativos arrendados conforme segue:

Terras agricultáveis: entre 8,64% e 9,04% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos; e

Veículos e imóveis: em 10,65% alocadas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos, bem como o índice de atualização determinado nos instrumentos contratuais (IGPM, IPCA, entre outros).

- Mensuração do ativo de direito de uso - A Companhia não incluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- Amortização do ativo de direito de uso - Os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam a Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma a vida útil desses ativos na ausência de perda ao valor recuperável será o prazo contratual, o que for menor. A Companhia adota a alocação da amortização do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que apresentar alterações no plano de negócios;
- Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento - O encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício a medida em que são incorridos;
- Valor recuperável do ativo de direito de uso - A Companhia continuará aplicando o Pronunciamento Técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos,



sendo que efetuará periodicamente avaliação de indicadores de perda por valor recuperável com base nas projeções futuras da Companhia; e

- Arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro – A Companhia optou por manter na rubrica de imobilizado e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

### **Inventário de contratos**

Durante o exercício de 2018, a Companhia efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (IAS 17 / CPC 06 (R1)), avaliando, se, contém, ou não, contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16. Com isso, a Companhia avaliou os potenciais impactos advindos da aplicação inicial da norma.

Após avaliação e inventário dos contratos, a Companhia reconheceu novos ativos relacionados aos contratos de: (i) arrendamentos e parcerias agrícolas para cultivo dos ativos biológicos no estado de Mato Grosso (18 contratos) e com prazos contratuais até 2035; (ii) aluguel de escritório administrativo localizado na cidade de São Paulo (1 contrato) vigente até abril de 2020; e (iii) aluguel de frota de veículos para utilização nas atividades diárias dos colaboradores para as unidades produtoras (1 contrato) vigente até o final de 2020.

### **2.2.2 ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A interpretação ICPC 22 / IFRIC 23 trata da aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

A Companhia analisou decisões tributárias relevantes de tribunais superiores e se estas conflitam de alguma forma com as posições adotadas pela Companhia. Para posições fiscais incertas conhecidas a Companhia revisou as opiniões legais correspondentes e jurisprudências e, não identificou impactos a serem registrados, uma vez que concluiu não ser provável que as autoridades fiscais não aceitem as posições adotadas.

### **2.2.3 Hedge accounting**

Em 12 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia deliberou pela interrupção da designação de novos instrumentos financeiros na política de *hedge accounting*. A partir desta data, as variações cambiais incorridas nestes instrumentos financeiros serão contabilizadas diretamente a resultado do período. O saldo contabilizado na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial" será reciclado ao resultado conforme cronograma de realização do objeto de *hedge*, estimado para os resultados de 2019 a 2022.

Essa decisão possui caráter estratégico, visto que o câmbio é um componente relevante no segmento da Companhia, que utilizando boas práticas de *hedge* de fluxo de caixa protege analogamente o resultado financeiro.

Em 30 de junho de 2019, o montante da variação cambial dos instrumentos financeiros não mais designados para *hedge accounting* foi positivo em R\$ 1.184 e foram registrados na rubrica Despesas financeiras da demonstração do resultado do exercício.

Para o período comparativo, caso essa política estivesse em vigor, o montante de R\$ 13.316 impactaria negativamente esta mesma rubrica. Consequentemente, o resultado por ação seria impactado negativamente em R\$ 0,61.

## 2.3 Reapresentação de valores correspondentes

### 2.3.1 Retificação de erro

A Companhia identificou valores reconhecidos em períodos anteriores como tributos diferidos sobre variação cambial de passivos financeiros, cujos montantes não deveriam ter sido contabilizados, em função da opção realizada em 1º de janeiro de 2018 pela alteração no regime de tributação de imposto de renda (“IRPJ”) e contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) de regime de “caixa” para “competência”, os quais afetaram os resultados abrangentes do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2018 nos montantes de R\$ 34.364 e R\$ 35.510, na controladora e consolidado, respectivamente.

Dessa forma, a Companhia retificou os valores correspondentes individuais e consolidados referentes às demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado (informação suplementar) referentes ao período findo em 30 de junho de 2018, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8). Os impactos nos valores correspondentes estão demonstrados a seguir:

#### a. Demonstrações dos resultados - Controladora e Consolidado

	2018 - Controladora					
	Trimestre			Semestre		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	51.758	-	51.758	47.792	-	47.792
Imposto sobre a renda e contribuição social Diferido	(71.011)	34.364	(36.647)	(29.031)	35.510	6.479
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(19.253)</b>	<b>34.364</b>	<b>15.111</b>	<b>18.761</b>	<b>35.510</b>	<b>54.271</b>
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas controladores da C	(19.253)	34.364	15.111	18.761	35.510	54.271
<b>Lucro (prejuízo) por ação ordinária:</b>						
Básico e diluído - em R\$	(1,0747)	1,9183	0,8435	1,0473	1,9822	3,0295

	2018 - Consolidado					
	Trimestre			Semestre		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	52.420	-	52.420	57.849	-	57.849
Imposto sobre a renda e contribuição social Diferido	(71.673)	34.364	(37.309)	(39.088)	35.510	(3.578)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do período</b>	<b>(19.253)</b>	<b>34.364</b>	<b>15.111</b>	<b>18.761</b>	<b>35.510</b>	<b>54.271</b>
Lucro (prejuízo) líquido do período atribuível aos acionistas controladores da C	(19.253)	34.364	15.111	18.761	35.510	54.271
Lucro (prejuízo) por ação ordinária: Básico e diluído - em R\$	(1.0747)	1,9183	0,8435	1,0473	1,9822	3,0295

### b. Demonstrações dos resultados abrangentes - Controladora e Consolidado

	30 de junho de 2018 - Controladora e Consolidado					
	Trimestre			Semestre		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
Lucro líquido do período	(19.253)	34.364	15.111	18.761	35.510	54.271
Outros resultados abrangentes:						
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado						
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	(93.854)	-	(93.854)	(93.855)	-	(93.855)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	31.551	(31.551)	-	32.231	(32.231)	-
Alteração no regime de tributação em 1º de janeiro de 2018	-	-	-	-	(8.205)	(8.205)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	(62.303)	(31.551)	(93.854)	(63.624)	(40.436)	(104.060)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(81.556)</b>	<b>2.813</b>	<b>(78.743)</b>	<b>(44.863)</b>	<b>(4.926)</b>	<b>(49.789)</b>

### c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

	Capital					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	
Saldo apresentado em 30 de junho de 2018	2.728.353	(20.851)	1.357	(78.491)	(1.683.456)	946.912
Impacto da retificação de erros	-	-	-	(49.700)	43.715	(5.985)
<b>Saldo reapresentado em 30 de junho de 2018</b>	<b>2.728.353</b>	<b>(20.851)</b>	<b>1.357</b>	<b>(128.191)</b>	<b>(1.639.741)</b>	<b>940.927</b>

**d. Demonstrações do valor adicionado - Controladora e Consolidado**

	30 de junho de 2018 - Controladora			30 de junho de 2018 - Consolidado		
	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado	Conforme divulgado anteriormente	Impactos	Reapresentado
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	224.030	-	224.030	234.350	-	234.350
<b>Distribuição do valor adicionado</b>						
Pessoal:	37.473	-	37.473	37.522	-	37.522
Impostos, taxas e contribuições:						
Federais	10.655	-	10.655	11.633	-	11.633
Estaduais	10.868	-	10.868	11.790	-	11.790
Municipais	138	-	138	155	-	155
Diferidos	29.031	(35.510)	(6.479)	39.088	(35.510)	3.578
	50.692	(35.510)	15.182	62.666	(35.510)	27.156
Remuneração de capitais de terceiros:	117.104	-	117.104	115.401	-	115.401
Remuneração de capitais próprios:						
Lucro líquido do período	18.761	35.510	54.271	18.761	35.510	54.271
	18.761	35.510	54.271	18.761	35.510	54.271
<b>Valor adicionado distribuído</b>	224.030	-	224.030	234.350	-	234.350

**e. Demonstrações dos fluxos de caixa - Controladora e Consolidado**

Não há impacto nos totais das atividades operacionais, de investimento e financiamento nos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo em 30 de junho de 2018.

**2.4 Base de consolidação**

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de consolidação consistente com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota explicativa 2.2 daquelas demonstrações financeiras.

**3 Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Bancos em moeda nacional	2.839	1.211	2.849	8.811
Bancos em moeda estrangeira	311	21.749	8.463	21.749
Aplicações financeiras	-	101	-	117
	3.150	23.061	11.312	30.677

## 4 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Clientes em moeda nacional	8.096	3.398	8.379	3.744
Clientes em moeda estrangeira	2.624	13.684	2.624	13.684
	10.720	17.082	11.003	17.428
( - ) Provisão para perdas de crédito esperadas	(43)	(106)	(247)	(317)
	10.677	16.976	10.756	17.111

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
A vencer:				
Até 30 dias	2.930	14.188	3.009	14.266
De 31 a 90 dias	858	1.356	858	1.428
De 91 a 180 dias	6.756	-	6.756	-
Vencidos:				
Até 30 dias	-	1.449	8	1.449
De 31 a 180 dias	176	76	176	76
Acima de 180 dias	-	13	196	209
	10.720	17.082	11.003	17.428

A Administração mantém procedimentos de cobrança e acredita que não incorrerá em perdas nestes clientes. Vide nota explicativa 23 (g) (i).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Saldo inicial	(106)	(18)	(317)	(18)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9	-	(18)	-	(38)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(129)	(817)	(153)	(1.025)
Reversão	192	747	223	764
Saldo final	(43)	(106)	(247)	(317)

## 5 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Por venda de ativo fixo	19.657	8.471	22.212	10.516
Por venda da fábrica de óleo	-	-	-	13.800

Por venda de unidades industriais	5.932	6.921	5.932	6.921
Subarrendamentos e confissões de dívidas	4.726	4.726	4.726	4.726
Crédito com parceiros agrícolas	78	618	78	618
Outros créditos	562	380	563	380
	<u>30.955</u>	<u>21.116</u>	<u>33.511</u>	<u>36.961</u>
( - ) Ajuste a valor presente	(951)	(191)	(1.085)	(191)
( - ) Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(6.163)</u>	<u>(6.285)</u>	<u>(6.186)</u>	<u>(6.366)</u>
	<u>23.841</u>	<u>14.640</u>	<u>26.240</u>	<u>30.404</u>
Circulante	<u>12.279</u>	<u>4.814</u>	<u>14.678</u>	<u>20.571</u>
Não circulante	<u>11.562</u>	<u>9.826</u>	<u>11.562</u>	<u>9.833</u>

O *aging* dos títulos a receber é conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
A vencer:				
Até 30 dias	510	214	511	219
De 31 a 90 dias	3.184	935	3.185	935
De 91 a 180 dias	5.532	1.393	5.934	1.395
De 181 a 360 dias	3.887	2.133	6.030	2.136
Acima de 360 dias	8.387	10.944	8.389	10.952
Mediante condições	-	-	-	14.200
Vencidos:				
Até 30 dias	208	620	209	2.247
De 30 a 360 dias	-	-	6	-
Acima de 360 dias	<u>9.247</u>	<u>4.877</u>	<u>9.247</u>	<u>4.877</u>
	<u>30.955</u>	<u>21.116</u>	<u>33.511</u>	<u>36.961</u>

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas de títulos a receber são as seguintes:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Saldo inicial	(6.285)	(4.907)	(6.366)	(4.907)
Adoção inicial CPC 48 / IFRS 9		(1.792)	-	(1.889)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecida	(423)	(1.193)	(830)	(1.194)

Reversão de provisão para perdas de crédito esperadas	545	1.607	1.010	1.624
Saldo final	<u>(6.163)</u>	<u>(6.285)</u>	<u>(6.186)</u>	<u>(6.366)</u>

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

## 6 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Produtos agrícolas				
Produtos agrícolas - custos de formação	25.069	72.180	25.548	72.196
Produtos agrícolas - ajustes ao valor justo e valor realizável líquido (i)	(256)	49.673	3.664	49.912
Sementes, adubos, fertilizantes e defensivos agrícolas	55.784	177.145	55.784	177.145
Embalagens, acondicionamento e peças de reposição	9.991	6.322	9.996	6.327
Adiantamentos a fornecedores	1.631	1.071	1.631	1.071
Gastos de manutenção nas entressafras	47.075	27.097	48.345	29.395
Outros estoques	7.967	4.511	7.971	4.513
(-) Provisão para <i>impairment</i> (ii)	<u>(1.446)</u>	<u>(724)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(724)</u>
	<u>145.815</u>	<u>337.275</u>	<u>151.493</u>	<u>339.835</u>

- (i) Esses valores contemplam um ganho de marcação ao valor justo dos produtos agrícolas enquanto valorizados como ativo biológico no montante de R\$ 1.835, na controladora e no consolidado (ganho de R\$ 92.547 em 31 de dezembro de 2018, na controladora e consolidado), e perdas de marcação ao valor realizável líquido enquanto valorizados como produto agrícola nos montantes de R\$ 2.091 na controladora e ganho de R\$ 1.828 no consolidado, respectivamente (perdas de R\$ 42.873 e 42.635 em 31 de dezembro de 2018, na controladora e no consolidado, respectivamente).
- (ii) Refere-se, substancialmente, a obsolescência de materiais no estoque que apresentam baixa expectativa de realização. Em 30 de junho de 2019, 73.293 toneladas de produtos agrícolas, no montante aproximado de R\$ 70.680, estão cedidas em garantia a fornecedores de insumos agrícolas (em 31 de dezembro de 2018 – 272.118 toneladas, no montante aproximado de R\$ 120.692). O montante cedido em garantia inclui os saldos apresentados na rubrica de Ativos biológicos.

A movimentação da provisão para *impairment* é assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	30.06.2019	31.12.2018
Saldo inicial	(724)	(704)
Adições	<u>(722)</u>	<u>(20)</u>
Saldo final	<u>(1.446)</u>	<u>(724)</u>

A despesa com a constituição das perdas estimadas com estoques é registrada na demonstração do resultado, sob a rubrica “Outras despesas”.

## 7 Ativos biológicos

### a. Movimentação - 1º de janeiro a 30 de junho de 2019

	<u>Controladora e Consolidado</u>				<u>Total</u>
	<u>Algodão</u>	<u>Soja</u>	<u>Milho</u>	<u>Outras culturas</u>	
Saldo dos ativos biológicos em 1º de janeiro de 2019					
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	-	33.516	-	-	33.516
Ativo biológico - custos de formação	<u>13.653</u>	<u>177.776</u>	<u>-</u>	<u>307</u>	<u>191.736</u>
	<u>13.653</u>	<u>211.292</u>	<u>-</u>	<u>307</u>	<u>225.252</u>
Aumento decorrente de plantio e tratos culturais	198.395	53.585	49.815	14.330	316.125
Redução decorrente da colheita	(160)	(231.361)	(21.711)	(8.083)	(261.315)
Variação do valor justo	<u>52.063</u>	<u>(33.516)</u>	<u>8.378</u>	<u>-</u>	<u>26.925</u>
Saldo dos ativos biológicos em 30 de junho de 2019	<u>263.951</u>	<u>-</u>	<u>36.482</u>	<u>6.554</u>	<u>306.987</u>
Ativo biológico - ajuste ao valor justo	52.063	-	8.378	-	60.441
Ativo biológico - custos de formação	<u>211.888</u>	<u>-</u>	<u>28.104</u>	<u>6.554</u>	<u>246.546</u>
	<u>263.951</u>	<u>-</u>	<u>36.482</u>	<u>6.554</u>	<u>306.987</u>

Em 30 de junho de 2019, a Companhia explorava cerca de 90,2 mil hectares de terras cultiváveis (94,6 mil hectares em 31 de dezembro de 2018), entre terras próprias e de terceiros, localizadas no Estado de Mato Grosso e nelas são cultivadas culturas temporárias, com destaque para algodão, soja e milho.

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia representa o valor de rentabilidade futura estimada, de acordo com o nível III – Abordagem de Receita estabelecido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), para esses ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas pela Administração da Companhia.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

### b. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

- (i) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em sacas de 60 kg para o milho e arrobas para o algodão em caroço e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto, quando disponível.



- (ii) O preço do algodão em caroço (produto agrícola da lavoura de algodão) é obtido por meio da decomposição do preço disponível para a pluma de algodão (*commodity*), menos os custos do beneficiamento (descaroçamento) e dos preços atribuíveis aos subprodutos (caroço e fibrilha).
- (iii) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cultura (tratos culturais) até a colheita, (ii) custos com a Colheita, Carregamento e Transporte (CCT) e, (iii) custo de capital, incluindo o aluguel das terras e de máquinas e equipamentos.
- (iv) Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina o valor justo dos ativos biológicos, que são registrados na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do período.
- (v) O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das informações contábeis intermediárias e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

### **c. Análise de sensibilidade**

A Administração considera que o resultado obtido com a mensuração do valor justo dos ativos biológicos é sensível à variação das premissas descritas acima, e que o resultado real pode vir a aumentar ou reduzir em caso de diferenças entre os valores estimados e aqueles realizados no momento da colheita desses ativos.

As principais premissas que foram utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos são como segue:

<b>Premissas da cultura de Milho 2ª Safra</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Área total estimada de colheita (ha)	24.572	31.361
Área total em estagio de marcação (ha)	24.572	25.047
Produtividade prevista em sacas/arrobos, líquido de parcerias agrícolas	118,44	113,58
Preços em US\$/saca	6,13	5,21
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,83	3,86
<b>Premissas da cultura de Milho Safrinha</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Área total estimada de colheita (ha)	1.474	9.443
Área total em estagio de marcação (ha)	1.474	9.407
Produtividade prevista em sacas/arrobos, líquido de parcerias agrícolas	76,53	60,68
Preços em US\$/saca	6,13	5,21
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,83	3,86
<b>Premissas da cultura de Algodão 1ª Safra</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Área total estimada de colheita (ha)	466	3.206
Área total em estagio de marcação (ha)	466	2.640
Produtividade prevista em sacas/arrobos, líquido de parcerias agrícolas	311,49	297,06
Preços em US\$/saca	8,46	10,99
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,83	3,86

<b>Premissas da cultura de Algodão 2ª Safra</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Área total estimada de colheita (ha)	35.442	28.655
Área total em estagio de marcação (ha)	35.391	28.643
Produtividade prevista em sacas/arrobas, líquido de parcerias agrícolas	278,45	256,27
Preços em US\$/saca	8,29	10,97
Cotação cambial (US\$ 1 / R\$)	3,83	3,86

A Administração entende que as premissas mais sensíveis às mudanças são a produtividade, o preço das *commodities* e as taxas de câmbio, e, nesse contexto, verificou se essas premissas fossem 10% maiores ou 10% menores em 30 de junho de 2019, a rubrica ativo biológico - ajuste ao valor justo seria apresentada com R\$ 133.462 e (R\$ 5.626), respectivamente.

## 8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
PIS	11.006	11.411	13.067	13.479
COFINS	44.245	49.708	70.318	78.590
IRRF	1.495	2.252	7.951	7.273
CSLL	199	198	427	426
ICMS	4.286	4.276	4.308	4.298
Outros tributos	2.585	2.552	4.012	3.979
	63.816	70.397	100.083	108.045
Circulante	18.887	12.850	23.539	16.841
Não circulante	44.929	57.547	76.544	91.204

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. possuem saldo de PIS e COFINS acumulado ao longo dos últimos exercícios proveniente, substancialmente, das saídas internas com benefício da suspensão e vendas destinadas ao mercado externo.

As realizações dos créditos ocorrem de duas formas: (i) compensação com débitos próprios, vencidos ou vincendos; ou (ii) ressarcimento em espécie.

### *Pedidos de restituição*

Em 2017, a Companhia e a controlada TS Brasil S.A. obtiveram medidas liminares favoráveis relativas aos pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS no montante principal de R\$ 73.836. O pedido de ressarcimento solicita também a incidência da taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - a partir da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento. Por falta de previsão legal, a Companhia não reconheceu em 30 de junho de 2019 a atualização pela taxa Selic no montante aproximado de R\$ 3.825 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.112).

A Companhia e sua controlada TS Brasil S.A. apresentaram documentação suporte referente aos pedidos de ressarcimento e alguns destes se encontram em fase de revisão pelas autoridades fiscais. Foram emitidos despachos decisórios parcialmente deferidos para monetização de R\$ 17.619, cuja previsão para recebimento ocorrerá após a concordância das autoridades fiscais para o afastamento da compensação de ofício com demais débitos tributários.

Adicionalmente, houve indeferimento de alguns pedidos de ressarcimento pelas autoridades fiscais no montante aproximado de R\$ 58.969. Foram protocoladas em 2018, manifestações de inconformidade no devido prazo legal e que cujo prazo legal para julgamento é até 12 meses após o protocolo das manifestações de inconformidade pelas Delegacias de Julgamento (DRJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”). A Companhia está avaliando as medidas cabíveis para o cumprimento do prazo legal pelas autoridades fiscais.

## 9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Em dezembro de 2018, a Companhia firmou contrato de venda do complexo algodoeiro Roda Velha no montante de R\$ 12.500 e o comprador foi imitado na posse do imóvel em maio de 2019. Assim, nesta data, foram reconhecidos os efeitos contábeis da alienação dos ativos. Em 30 de junho de 2019, os ativos estão mensurados exclusivamente a custo histórico no montante aproximado de R\$ 9, referem-se a implemento agrícola.

## 10 Tributos diferidos

A Companhia e a controlada TS Brasil S.A. utilizam a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações contábeis intermediárias.

### a. Natureza e expectativa de realização dos tributos diferidos

Natureza por entidade legal	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
<b>Créditos tributários sobre:</b>				
Prejuízos fiscais acumulados	232.818	224.344	270.570	270.570
Contribuição social sobre base negativa acumulada	83.814	80.763	97.404	97.404
Diferenças temporárias:				
Provisão para <i>impairment</i>	3.677	3.494	4.328	4.176
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	10.967	9.365	10.967	9.365
Ajuste a valor presente	3.861	3.705	3.907	3.705
Instrumentos financeiros derivativos	-	443	-	443
Provisão para perdas com tributos	3.214	3.214	3.260	3.260
Outras provisões temporárias	2.057	2.222	2.573	2.738
	<u>340.408</u>	<u>327.550</u>	<u>393.009</u>	<u>391.661</u>
<b>Débitos tributários sobre:</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	(2.859)	-	(2.859)	-
Valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	(20.463)	(28.284)	(21.796)	(28.366)
Custo atribuído	(14.597)	(16.617)	(140.161)	(143.288)

Ajuste a valor presente	(1.092)	(2.446)	(1.092)	(2.446)
Arrendamentos	(10.144)	-	(10.144)	-
Amortização de ágio	<u>(93.665)</u>	<u>(93.665)</u>	<u>(93.665)</u>	<u>(93.665)</u>
	<u>(142.820)</u>	<u>(141.012)</u>	<u>(269.717)</u>	<u>(267.765)</u>
Total líquido	<u>197.588</u>	<u>186.538</u>	<u>123.292</u>	<u>123.896</u>
Créditos tributários, líquidos	197.588	186.538	197.588	186.538
Débitos tributários, líquidos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(74.296)</u>	<u>(62.642)</u>

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias dedutíveis entre as bases de cálculo desses tributos e os valores das informações contábeis intermediárias, apenas quando for provável que a Companhia e as controladas apresentarão lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social apurados até 30 de junho de 2019 não registrados são de R\$ 103.930 (R\$ 102.541 em 31 de dezembro de 2018), na controladora e no consolidado, em função de não atenderem aos requerimentos da norma contábil para seu reconhecimento.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

Exercício	Controladora		Consolidado	
	Montante	Percentual	Montante	Percentual
2019	18.721	6%	31.677	9%
2020	9.559	3%	24.509	7%
2021	13.305	4%	28.818	8%
2022	32.223	10%	40.146	11%
2023	54.567	17%	54.567	15%
2024	60.290	19%	60.290	16%
2025	62.058	20%	62.058	17%
2026	<u>65.909</u>	<u>21%</u>	<u>65.909</u>	<u>17%</u>
	<u>316.632</u>	<u>100%</u>	<u>367.974</u>	<u>100%</u>

## b. Conciliação do crédito efetivo de imposto de renda e contribuição social

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(19.788)	47.792	(6.852)	57.849
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	6.728	(16.249)	2.330	(19.669)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	8.522	6.605	-	-
Despesas não dedutíveis	(4.022)	(4.540)	(4.022)	(4.640)
Tributos diferidos temporários:				
Crédito tributário constituído sobre prejuízos fiscais	(439)	20.204	(439)	20.204
Apuração de tributos de controladas pelo lucro presumido	-	-	(6)	(6)
Outros	260	459	250	533
No resultado do período	11.049	6.479	(1.887)	(3.578)
Imposto corrente	-	-	(1.282)	-
Imposto diferido	11.049	6.479	(605)	(3.578)
Taxa efetiva	(55,8%)	13,6%	27,5%	(6,2%)

## 11 Partes relacionadas

### a. Saldos

	Controladora	
	30.06.2019	31.12.2018
<b>Ativo não circulante</b>		
Adiantamentos para futuro aumento de capital		
Buriti Agrícola Ltda.	360	337
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	16	15
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
	380	356

### Passivo não circulante

Contratos de mútuos (i)		
TS Brasil S.A.	<u>136.804</u>	<u>86.499</u>
	<u>136.804</u>	<u>86.499</u>

(i) Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os mútuos foram atualizados com base em 100% do CDI. O contrato entre as partes tem o vencimento para janeiro de 2022.

## b. Transações

As transações com partes relacionadas realizadas no período são como segue:

Operações	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Compras de mercadorias e produtos com TS Brasil S.A. (i)	(29.203)	(9.208)	(29.023)	(9.208)
Resultado com aluguéis e arrendamentos				
Bonsucex Holding S.A. (ii)	(56)	(21)	(56)	(21)
Maria Zilda Oliveira de Araújo (iii)	(175)	(201)	(175)	(201)
Resultado financeiro sobre saldos de mútuo				
TS Brasil S.A.	(6.677)	(3.236)	-	-

- (i) Refere-se a aquisição de produtos agrícolas (soja em grãos).
- (ii) Referia-se a aluguel de imóvel residencial destinado ao ex-diretor presidente da Companhia.
- (iii) Contrato de locação de sala comercial para abrigar as instalações da matriz da Companhia, com vencimento em abril de 2020.

## 12 Investimentos (Controladora)

### 12.1 Composição dos investimento

	Controladora	
	30.06.2019	31.12.2018
Investimentos	773.595	748.466
Mais-valia das terras	196.358	197.296
Ágio	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
	<u>1.245.437</u>	<u>1.221.246</u>

## 12.2 Movimentação dos investimentos

### *1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (Controladora)*

	<b>TS Brasil S.A.</b>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.221.246
Efeito reflexo sobre ajustes de avaliação patrimonial	47
Resultado de equivalência patrimonial	25.082
Amortização de intangíveis relacionados a contratos	<u>(938)</u>
 Saldos em 30 de junho de 2019	 <u><u>1.245.437</u></u>

## 12.3 Informações sobre as investidas

### *30 de junho de 2019*

Investida	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido / (PL negativo)	Receita líquida	Resultado do período	Efeito no resultado da controladora
TS Brasil S.A.	100,00%	858.076	84.481	773.595	28.853	25.082	25.082
Ecotrans Transporte Ltda.	99,99%	-	1.479	(1.479)	-	(15)	(15)
Buriti Agrícola Ltda.	100,00%	-	520	(520)	-	(3)	(3)
Crateús Algodoeira S.A.	99,48%	-	2	(2)	-	-	-
Mocuri Agrícola Ltda.	99,99%	-	2	(2)	-	-	-
							<u><u>25.064</u></u>
						Resultado de equivalência patrimonial	25.082
						Provisão para perdas em investimentos	<u>(18)</u>

Os fluxos de caixa das controladas impactam as informações contábeis intermediárias consolidadas, substancialmente, pelo resultado do seu fluxo de caixa operacional, haja vista que as atividades de financiamento e investimento são representadas, em sua maioria, por repasses de recursos entre as partes.

Os saldos referentes a provisão para perdas em investimentos na Controladora estão assim demonstrados:

	<b>Controladora</b>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Buriti Agrícola Ltda.	521	518
Mocuri Agrícola Ltda.	2	2
Crateús Algodoeira S.A.	2	2
Ecotrans Transporte Ltda.	1.478	1.463
	2.003	1.985

#### 12.4 **Ágio, mais valia e intangíveis sobre investimentos**

	<b>31.12.2018</b>	<b>Amortização</b>	<b>30.06.2019</b>
Mais-valia das terras	197.296	(938)	196.358
Ágio	275.484	-	275.484
	472.780	(938)	471.842

O ágio sobre investimentos é originário da aquisição da Maeda em 23 de dezembro de 2010 (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) e da Vanguarda Participações S.A. em 06 de setembro de 2011 (posteriormente incorporada pela Companhia em 23 de dezembro de 2013). Estes valores foram alocados com base em laudos de alocação de preço pago (“PPA”), emitidos por avaliadores independentes em 28 de março de 2011 e 3 de outubro de 2012, respectivamente. Adicionalmente, vide divulgação de ativo intangível na nota explicativa 16.

### 13 **Propriedade para investimento**

As propriedades são compostas por armazéns de grãos localizados em Rosário do Sul - RS, os quais não são utilizados pela Companhia e são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. Este imóvel é objeto de garantia em discussão de causa tributária.

Em 2019, a Companhia não obteve receitas de alugueis do imóvel supracitado e incorreu em despesas de depreciação no montante de R\$ 263 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 529).

Em 30 de junho de 2019, a propriedade para investimento, na controladora e consolidado é no montante de R\$ 4.454 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 4.717).



## 14 Direito de uso dos ativos e passivos de arrendamento

Os contratos de arrendamento e parcerias agrícolas firmados pela Companhia (terras agriculturáveis) junto a terceiros, preveem, em sua maioria, o pagamento de um valor, em uma determinada data, indexados em uma quantidade fixa de soja em grãos. As oscilações dos preços dessa *commodity* são reconhecidas trimestralmente nas rubricas de Direito de uso dos ativos e Passivos de arrendamento.

Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (*Controladora e Consolidado*)

<b>Direito de uso</b>	<b>Adoção inicial</b>	<b>Remensuração dos contratos</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo final</b>
Terras para exploração	183.750	2.656	(20.231)	166.175
Imóveis	434	-	(163)	271
Veículos	2.323	-	(581)	1.742
<b>Total</b>	<b>186.507</b>	<b>2.656</b>	<b>(20.975)</b>	<b>168.188</b>

<b>Passivo de arrendamentos</b>	<b>Adoção inicial</b>	<b>Remensuração dos contratos</b>	<b>Juros apropriados</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Créditos tributários - PIS/COFINS</b>	<b>Saldo final</b>
Terras para exploração	183.750	2.656	7.151	(43.142)	1.779	152.194
Imóveis	434	-	19	(175)	-	278
Veículos	2.323	-	28	(563)	-	1.788
<b>Total</b>	<b>186.507</b>	<b>2.656</b>	<b>7.198</b>	<b>(43.880)</b>	<b>1.779</b>	<b>154.260</b>
Circulante						22.716
Não circulante						131.544

Os vencimentos da parcela registrada no passivo estão demonstrados como segue:

<b>Ano</b>	<b>Total</b>
2019	3.142
2020	22.943
2021	19.681
2022	18.251
2023	10.037
2024	4.667
2025	5.098
2026 a 2030	28.327
2031 a 2035	42.114
	<b>154.260</b>

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía contratados 39.355 hectares de arrendamentos operacionais e parcerias agrícolas mantidos com terceiros, com vencimentos até 2035, conforme abaixo discriminado:

Unidade	Localização	Estado	Área arrendada (em ha)	Vencimento dos contratos	Valores ponderados (em sacas de soja/ha/ano)	Tipo de arrendamento
São José	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	10.305	2035	13,75	Operacional
Ribeiro do Céu	Nova Mutum	Mato Grosso	458	2021	10,92	Operacional
Guapirama	Diamantino	Mato Grosso	14.693	2023	12,50	Operacional
Parecis	Campo Novo do Parecis	Mato Grosso	4.670	2022	12,85	Operacional
Mãe Margarida	Sta. Rita do Trivelato	Mato Grosso	3.325	2021	12,00	Operacional
Sete Placas	Diamantino	Mato Grosso	3.186	2020	12,78	Operacional
Terra Santa	Tabaporã	Mato Grosso	<u>2.718</u>	2026	9,75	Operacional
			<u><u>39.355</u></u>			

Os contratos de arrendamentos com terceiros da Companhia são indexados pela cotação da saca de soja na região de cada unidade. Assim, os pagamentos futuros mínimos são estimados em quantidade de sacas de soja, convertidos para a moeda nacional, utilizando-se a cotação da soja em cada região, na data-base do balanço patrimonial. Consequentemente, os valores dos pagamentos mínimos acima demonstrados poderão sofrer significativa variação até o momento do pagamento, em função da alteração do valor do mercado da *commodity*.

Em relação aos contratos de arrendamentos com terceiros ressalta-se que:

- não há cláusulas de pagamentos contingentes;
- não há termos de renovação ou de opções de compra, salvo os termos dispostos na Lei 4.504/64 art. 92, § 3º e 95, IV, que tratam dos direitos dos arrendatários nos termos citados anteriormente;
- os contratos firmados são indexados à variação do preço da saca de soja e não há outras cláusulas de reajustamento;
- não há restrições impostas, tais como as relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio, dívida adicional, ou qualquer outra que requeira divulgação adicional.

Em 30 de junho de 2019, os montantes pagos de alugueis variáveis e de curto prazo não incluídos na adoção inicial foram de R\$ 40 na controladora e R\$ 51 consolidado.

**15 Imobilizado****15.1 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (Controladora)**

<b>Custo</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo final</b>
Terras para exploração	2.086	-	(47)	-	2.039
Edificações e instalações	53.796	96	(20)	103	53.975
Máquinas e equipamentos	296.927	697	(38.875)	737	259.486
Veículos	27.887	463	(5.082)	-	23.268
Aeronaves	14.175	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	9.971	171	(81)	246	10.307
Imobilizações em curso	513	7.991	-	(4.350)	4.154
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	697	(637)	(100)	141
Correção de solo	75.826	-	(24)	3.364	79.166
Outros imobilizados	<u>3.921</u>	<u>-</u>	<u>(27)</u>	<u>-</u>	<u>3.894</u>
<b>Total</b>	<u><u>485.283</u></u>	<u><u>10.115</u></u>	<u><u>(44.793)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>450.605</u></u>

<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Adições (i)</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo final</b>
Edificações e instalações	(12.139)	(955)	9	-	(13.085)
Máquinas e equipamentos	(173.256)	(10.082)	31.809	-	(151.529)
Veículos	(16.453)	(611)	2.116	-	(14.948)
Aeronaves	(8.496)	-	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.689)	(288)	59	-	(7.918)
Correção de solo	(55.702)	(4.901)	19	-	(60.584)
Outros imobilizados	<u>(2.611)</u>	<u>(165)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.776)</u>
<b>Total</b>	<u><u>(276.346)</u></u>	<u><u>(17.002)</u></u>	<u><u>34.012</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(259.336)</u></u>

<b>Saldo líquidos</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Terras para exploração	2.039	2.086
Edificações e instalações	40.890	41.657
Máquinas e equipamentos	107.957	123.671
Veículos	8.320	11.434
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.389	2.282
Imobilizações em curso	4.154	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	141	181
Correção de solo	18.582	20.124

Outros imobilizados	1.118	1.310
Total	<u>191.269</u>	<u>208.937</u>

## 15.2 Movimentação de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (Consolidado)

Custo	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Terras para exploração	786.765	-	(4.608)	-	782.157
Edificações e instalações	120.560	96	(20)	103	120.739
Máquinas e equipamentos	312.989	697	(38.875)	737	275.548
Veículos	27.899	463	(5.082)	-	23.280
Aeronaves	14.175	-	-	-	14.175
Móveis e utensílios	10.008	171	(84)	246	10.341
Imobilizações em curso	513	7.991	-	(4.350)	4.154
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	181	697	(637)	(100)	141
Correção de solo	120.334	-	(29)	3.364	123.669
Outros imobilizados	<u>4.873</u>	<u>-</u>	<u>(27)</u>	<u>-</u>	<u>4.846</u>
Total	<u>1.398.297</u>	<u>10.115</u>	<u>(49.362)</u>	<u>-</u>	<u>1.359.050</u>

Depreciação acumulada	Saldo inicial	Adições (i)	Baixas	Saldo final
Edificações e instalações	(26.460)	(1.900)	9	(28.351)
Máquinas e equipamentos	(175.508)	(10.615)	31.809	(154.314)
Veículos	(16.458)	(612)	2.116	(14.954)
Aeronaves	(8.496)	-	-	(8.496)
Móveis e utensílios	(7.708)	(290)	61	(7.937)
Correção de solo	(100.211)	(4.901)	24	(105.088)
Outros imobilizados	<u>(2.614)</u>	<u>(165)</u>	<u>-</u>	<u>(2.779)</u>
Total	<u>(337.455)</u>	<u>(18.483)</u>	<u>34.019</u>	<u>(321.919)</u>

Saldo líquidos	2019	2018
Terras para exploração	782.157	786.765
Edificações e instalações	92.388	94.100
Máquinas e equipamentos	121.234	137.481
Veículos	8.326	11.441
Aeronaves	5.679	5.679
Móveis e utensílios	2.404	2.300
Imobilizações em curso	4.154	513
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	141	181

Correção de solo	18.581	20.123
Outros imobilizados	<u>2.067</u>	<u>2.259</u>
Total	<u><u>1.37.131</u></u>	<u><u>1.060.842</u></u>

(i) Parcela da depreciação reconhecida no período está alocada nas rubricas de Ativos Biológicos e Estoques e serão realizadas mediante vendas no próximo período. A depreciação incluída nas demonstrações de fluxo de caixa e valor adicionado considera os valores incorridos no resultado do período, conforme demonstrado na nota explicativa 26 - Despesas por natureza.

### 15.3 Imobilizado dado em garantia

Em 30 de junho de 2019, os empréstimos e financiamentos estão garantidos por terras nos montantes totais de R\$ 418.449 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 615.801).

A Terra Santa possui processos fiscais judicializados que estão garantidos na modalidade de hipoteca de bens imóveis com terras registradas em seu patrimônio e de suas controladas no valor de R\$ 4.853.

Adicionalmente, em sede de execução provisória trabalhista, foram oferecidos bens imóveis da Companhia em penhora, cujo valor da averbação é de R\$ 9.388, referente ao processo trabalhista divulgado na nota explicativa 21.4 a.

## 16 Intangível

### a. Controladora

	<u>30.06.2019</u>			<u>31.12.2018</u>
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.621	(4.938)	683	824
Outros intangíveis	<u>174</u>	<u>-</u>	<u>174</u>	<u>174</u>
	<u><u>5.795</u></u>	<u><u>(4.938)</u></u>	<u><u>857</u></u>	<u><u>998</u></u>

### b. Consolidado

	<u>30.06.2019</u>			<u>31.12.2018</u>
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contratos de arrendamento de terras	50.137	(50.137)	-	-
Direitos de uso de <i>softwares</i>	5.625	(4.941)	684	825
Outros intangíveis	174	-	174	174
Ágio - Consolidado ( <i>goodwill</i> )	<u>275.484</u>	<u>-</u>	<u>275.484</u>	<u>275.484</u>
	<u><u>331.420</u></u>	<u><u>(55.078)</u></u>	<u><u>276.342</u></u>	<u><u>276.483</u></u>

**c. Movimentação do Intangível de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
Saldo inicial	998	1.243	276.483	280.427
Adições	6	155	5	159
(-) Amortização	(147)	(400)	(146)	(405)
(-) Amortização de intangíveis relacionados a contratos	-	-	-	(3.698)
(=) Saldo final	857	998	276.342	276.483

**17 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
De insumos agrícolas				
Em moeda estrangeira	206.048	146.590	206.048	146.590
( - ) Ajuste a valor presente	(3.177)	(6.958)	(3.177)	(6.958)
Em moeda nacional	9.752	44.376	9.752	44.376
( - ) Ajuste a valor presente	(34)	(237)	(34)	(237)
Diversos - em moeda nacional	20.713	8.689	20.713	8.690
	233.302	192.460	233.302	192.461

A Companhia efetua o cálculo do Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre a compra dos insumos com prazo de pagamento superior a 90 dias, utilizando a taxa média de 8,83% a.a. (2017 - 7,5% a.a.) para os fornecedores de insumos agrícolas, que a Administração entende ser o custo financeiro médio das suas operações com fornecedores.

Em 30 de junho de 2019, os saldos em moeda estrangeira, Controladora e Consolidado, totalizam a US\$ 53.768 mil (em 31 de dezembro de 2018 - US\$ 36.286 mil, Controladora e Consolidado).

**18 Empréstimos e financiamentos**

Modalidade	Indexador	Custo médio ponderado – a.a.		Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
<b>Moeda Nacional</b>							
Aquisição de Imobilizado	R\$	4,37%	4,07%	6.783	13.059	6.783	13.059
Crédito à Exportação	R\$	5,78%	12,82%	31.229	65.506	31.229	65.506
Crédito Rural, Custeio e Projeto	R\$	7,44%	12,38%	64.006	52.397	64.006	52.397
		<u>6,75%</u>	<u>11,77%</u>	<u>102.019</u>	<u>130.962</u>	<u>102.019</u>	<u>130.962</u>
<b>Moeda Estrangeira</b>							
Aquisição de Imobilizado	US\$ + Libor 6	5,00%	7,88%	-	3.741	4.259	7.890
Crédito à Exportação	US\$ + Libor 6	6,34%	8,32%	620.209	743.903	620.209	743.903
Crédito Rural, Custeio e Projeto	US\$ + Libor 6	5,40%	-	5.120	-	5.120	-
		<u>6,32%</u>	<u>8,32%</u>	<u>625.330</u>	<u>747.644</u>	<u>629.588</u>	<u>751.793</u>
<b>Total</b>		<u>6,38%</u>	<u>8,83%</u>	<u>727.348</u>	<u>878.606</u>	<u>731.607</u>	<u>882.755</u>
Circulante				<u>224.112</u>	<u>318.694</u>	<u>225.303</u>	<u>319.781</u>
Não Circulante				<u>503.236</u>	<u>559.912</u>	<u>506.304</u>	<u>562.974</u>

O valor justo dos empréstimos e financiamentos se aproxima, substancialmente, dos valores apresentados nas informações contábeis intermediárias.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante no consolidado estão demonstrados como segue:

<b>Modalidade</b>	<b>Saldo contábil</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023 a 2025</b>
<b>Moeda Nacional</b>					
Aquisição de Imobilizado	4.185	199	1.460	1.391	1.135
Crédito Rural, Custeio e Projeto	14.584	1.750	12.834	-	-
	<u>18.769</u>	<u>1.949</u>	<u>14.294</u>	<u>1.391</u>	<u>1.135</u>
<b>Moeda Estrangeira</b>					
Aquisição de Imobilizado	3.063	1.021	1.021	1.021	-
Crédito à Exportação	484.472	56.535	97.347	127.112	203.478
	<u>487.535</u>	<u>57.556</u>	<u>98.368</u>	<u>128.133</u>	<u>203.478</u>
<b>Total</b>	<u><u>506.304</u></u>	<u><u>59.505</u></u>	<u><u>112.662</u></u>	<u><u>129.524</u></u>	<u><u>204.613</u></u>



Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento (consolidado):

	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>NDF</b>	<b>Arrendamento</b>	<b>Total da dívida</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	<b>882.755</b>	<b>1.304</b>	-	<b>884.059</b>
Impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	<b>186.507</b>	<b>186.507</b>
<b>Variações dos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>(146.950)</b>	<b>3.554</b>	<b>(41.098)</b>	<b>(184.494)</b>
(+) Captações de empréstimos e financiamentos	73.070	-	-	73.070
(-) Amortização de passivos	(220.020)	-	(42.878)	(262.898)
(-) Créditos tributários	-	-	1.780	1.780
(+/-) Instrumentos financeiros derivativos pagos	-	3.554	-	3.554
<b>Outras variações</b>	<b>(4.198)</b>	<b>(13.267)</b>	<b>8.851</b>	<b>(8.614)</b>
(+) Atualizações juros	36.305	-	-	36.305
(-) Amortizações juros	(36.062)	-	(1.003)	(37.065)
(+) Apropriação juros	-	-	7.198	7.198
(+/-) Ajustes MTM	-	(13.267)	-	(13.267)
(+/-) Atualizações variação cambial/cambial	(5.850)	-	2.656	(3.194)
(-) Custos de captação apropriado como despesa	1.409	-	-	1.409
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>731.607</u>	<u>(8.409)</u>	<u>154.260</u>	<u>877.458</u>

(i) **Garantias**

Os empréstimos e financiamentos da Companhia estão garantidos por alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, aval, fiança, fiel depositário, hipoteca, nota promissória e penhor rural. Em relação as modalidades hipoteca e alienação fiduciária de bens imóveis, as terras estão registradas no patrimônio e de suas controladas conforme nota explicativa 15.

Adicionalmente, a integralidade das ações da controlada TS Brasil S.A. foram concedidas em penhor para os bancos Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) e Bradesco S.A. (“Bradesco”) Atualmente, essa controlada possui como principal ativo terras que estão sendo cultivadas pela Companhia e, esses ativos estão em grande parte já concedidos em hipoteca aos mesmos credores ou outros bancos.

(ii) **Covenants e Outros compromissos**

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e suas controladas pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os *covenants* dos empréstimos junto aos bancos Bradesco, Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) não foram atendidos, mas foram obtidos os *waiver* até o encerramento daquele exercício.

Excepcionalmente, para o exercício findo naquela data, os *waiver* obtidos permitiram a classificação dos saldos observando os vencimentos contratuais, conforme condições abaixo:

- a) Bradesco e Banco do Brasil:  
Limite para relação de até 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;
- b) Santander:  
Limite para relação de até 6,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;  
Relação de liquidez corrente seja inferior a 1,1 vezes;  
Relação de patrimônio líquido sobre ativo total inferior a 0,50 vezes.

Para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2019, os contratos celebrados possuem *covenants* financeiros padronizados sobre as demonstrações financeiras a findar em 31 de dezembro de 2019, conforme segue:

- a) Itaú Unibanco:  
Limite para relação de 5,6 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;  
Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- b) Bradesco e Banco do Brasil:  
Limite para relação de 4,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;  
Manutenção de participação societária mínima dos principais acionistas da Companhia.
- c) Santander:  
Limite para relação de 3,0 vezes Dívida x EBITDA Ajustado;  
Manutenção de liquidez corrente superior a 1,1 vezes para todos os períodos  
Manutenção de relação de patrimônio líquido sobre ativo total superior a 0,50 vezes.

No âmbito dos contratos de financiamentos firmados junto aos bancos Itaú e Bradesco, a Companhia possui um incentivo a liquidação antecipada, através da criação de um *fee letter* (despesa) crescente previsto nos contratos pela ausência de liquidação antecipada dos contratos, ou seja, esse valor iniciou com saldo zero e crescerá gradativamente até 2022 (Bradesco) e 2025 (Itaú), quando atingirá o montante de US\$ 15.136 mil, equivalentes a R\$ 58.004. Os valores da tabela abaixo, em milhares de dólares norte-americanos, somente serão devidos quando da ausência de liquidação antecipada da dívida, ou ao final da mesma.

Período	Itaú US\$	Bradesco US\$	Total US\$
15/12/2019	1.682	1.102	2.784
15/06/2020	273	488	761
15/12/2020	655	667	1.322
15/06/2021	651	789	1.440
15/12/2021	655	1.027	1.682
15/06/2022	651	861	1.512
15/12/2022	655	1.058	1.713
15/06/2023	651	-	651
15/12/2023	655	-	655
15/06/2024	655	-	655

15/12/2024	655	-	655
15/06/2025	651	-	651
15/12/2025	655	-	655
	<u>9.144</u>	<u>5.992</u>	<u>15.136</u>

Em 30 de junho de 2019, a Companhia tem provisionado a título de *fee letter* o montante de R\$ 3.123 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.698).

## 19 Adiantamentos de clientes

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Clientes nacionais	4.340	4.820	4.340	6.880
Clientes estrangeiros	<u>25.491</u>	<u>139.815</u>	<u>25.491</u>	<u>139.815</u>
	<u>29.831</u>	<u>144.635</u>	<u>29.831</u>	<u>146.695</u>

Em 30 de junho de 2019, os valores da Controladora e do Consolidado, em moeda estrangeira, correspondem a US\$ 6.652 mil (em 31 de dezembro de 2018 - US\$ 36.083 mil, Controladora e Consolidado).

A Companhia possui adiantamentos que correspondem a R\$ 25.708 sobre os quais incidem taxas de juros 8,0% a 10,0% a.a. (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 97.382 incidem taxas de juros entre 8,5% a 10% a.a.).

## 20 Tributos parcelados

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
PRT	-	99	2.778	3.492
Previdenciário	22.141	24.046	22.665	24.615
Outros	<u>650</u>	<u>-</u>	<u>1.371</u>	<u>501</u>
	<u>22.791</u>	<u>24.145</u>	<u>26.814</u>	<u>28.608</u>
Circulante	<u>5.668</u>	<u>5.322</u>	<u>6.769</u>	<u>6.943</u>
Não circulante	<u>17.123</u>	<u>18.823</u>	<u>20.045</u>	<u>21.665</u>

## 21 Provisão para demandas judiciais

A Administração, com base na análise individual dos processos impetrados contra a Companhia e suas controladas e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

Causas	Consolidado					
	30.06.2019			31.12.2018		
	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Valor líquido
Trabalhistas	9.361	(2.578)	6.783	9.097	(2.553)	6.544
Tributárias	14.450	-	14.450	9.660	-	9.660
Cíveis	8.445	(362)	8.083	8.788	(362)	8.426
Total	<u>32.256</u>	<u>(2.940)</u>	<u>29.316</u>	<u>27.545</u>	<u>(2.915)</u>	<u>24.630</u>
Depósitos judiciais (ativo não circulante)			<u>24.659</u>			<u>21.998</u>

### 21.1 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são representados substancialmente por uma ação proposta pela controlada TS Brasil S.A. no exercício de 2011, que visa à declaração do direito de preferência para a aquisição de imóvel rural, objeto de contrato de arrendamento anterior e sua consequente adjudicação. A sentença de primeiro grau julgou improcedente a ação.

Em agosto de 2013 os autores interpuseram recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento, mantendo-se a improcedência, mas reduzindo o valor da condenação. Foram opostos embargos de declaração pelos autores e apelados, os quais foram rejeitados. Em continuidade foi interposto recurso especial pelos autores apelantes e outro pelos réus apelados, sendo aquele admitido e este inadmitido na origem.

Os réus interpuseram recurso de agravo em face da decisão que negou seguimento ao seu recurso especial e os autores interpuseram medida cautelar para antecipar os efeitos do recurso especial admitido. A parte autora peticionou informando o depósito do valor destinando à caução, sendo deferida liminar para conferir efeito suspensivo ao recurso especial e assegurar a posse do imóvel litigado até julgamento do referido recurso. Em continuidade, com base na cautela, análise dos cenários possíveis e o constante no voto do Desembargador, os autores entenderam por realizar, em julho de 2017, o depósito complementar de R\$ 11.558 para eliminar eventual obstáculo ao reconhecimento do direito de preferência da TS Brasil S.A. na aquisição do imóvel litigado. Processo em fase recursal no STJ, sob o nº 1.578.771/MT, não proveu o recurso da TS Brasil S.A., por unanimidade, por entender que a análise das questões demandaria revolvimento de matéria fática. A TS Brasil S.A. opôs embargos de declaração com pedido de efeito suspensivo, tendo este sido negado (efeito suspensivo), por entender o ministro que a liminar de manutenção

de posse concedida na ação cautelar segue vigente até trânsito em julgado do recurso especial. Em razão do julgamento de improcedência, as partes firmaram acordo judicial para encerramento da lide, homologado em 15 de abril de 2019, pactuando que a propriedade da área permanecerá com a Agropecuária Leyton Ltda. e, conseqüentemente, será realizada a devolução dos valores depositados a título de direito de preferência para empresa TS Brasil S.A. Homologado acordo, aguardando liberação dos alvarás para levantamento dos valores.

Em 30 de junho de 2019, o valor contábil atualizado do depósito judicial supracitado é de R\$ 18.994 (R\$ 18.160 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais para os quais não mantêm provisão para contingências nos montantes totais de R\$ 5.646 (controladora) e R\$ 24.659 (consolidado), respectivamente (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.508 e R\$ 21.998, respectivamente).

## 21.2 Movimentação das provisões cuja perda estimada é provável, de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019 (Consolidado)

Causas	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.544	9.660	8.426	24.630
Novos processos e complementos	156	4.103	159	4.418
Pagamentos no período	(279)	(41)	(408)	(728)
Depósitos judiciais relacionados	(258)	355	(355)	(258)
Encargos financeiros no período	619	373	262	1.254
Saldos em 30 de junho de 2019	6.783	14.450	8.083	29.316

## 21.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas cuja estimativa de perda é possível, conforme opinião da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas informações contábeis intermediárias:

Causas	Controladora e Consolidado	
	30.06.2019	31.12.2018
Tributárias (i)	211.074	113.824
Trabalhistas	16.613	16.206
Cíveis (ii)	31.563	49.327
	259.250	179.357

- (i) A variação no período é substancialmente representada por autos de infração emitidos pela Secretaria Estadual de Fazenda do Estado de Mato Grosso referente a cobrança de ICMS em operações com mercadorias que foram efetivamente exportadas no período de 2011 a 2012, totalizando o montante de R\$ 73.687.
- (ii) A variação no período é representada por acordo firmado entre a Companhia e Agropecuária Leyton Ltda. para extinção de todos os processos nos quais a Companhia figurava em polo ativo e passivo. Não houve honorários devidos aos advogados de ambas as partes.

#### **a. Tributárias**

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se a pedidos de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativo; supostos recolhimentos a menor de percentual de diferencial de alíquota em operações estaduais; aproveitamento de créditos de ICMS indevidamente, referentes à compra de energia elétrica; indeferimentos de pedidos de compensação de créditos de IPI; ausência de declaração de valores referentes a contribuições em guias de recolhimento de FGTS e informações à Previdência Social (GFIP); supostos recolhimentos inferiores ao devido de contribuição previdenciária da agroindústria (SENAR); declarações de indêbitos de IRPJ e CSLL; suposta falta de recolhimento do IRRF sobre ganho de capital auferido sobre pessoas jurídicas em operação de incorporação de ações da Maeda S.A. (posteriormente incorporada na controlada TS Brasil S.A) pela Companhia; autos de infrações de cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre a receita bruta proveniente das exportações da produção rural de algodão e soja através de *tradings* e manifestações de inconformidade referentes a Pedidos Eletrônicos de Ressarcimento (PER) e Declarações de Compensação (DCOMP) para compensações de créditos presumidos de IPI.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam como perda possível em razão da jurisprudência dos tribunais regionais e superiores ainda não estar pacificada quanto aos temas, da pouca especificidade de algumas teses de defesa e em alguns casos, poucos julgados sobre a matéria em discussão, além de precedência de *leading cases* de casos semelhantes com decisões controvertidas.

#### **b. Trabalhistas**

As reclamações trabalhistas com perda classificada como possível cingem-se basicamente a pedidos relativos a acidentes de trabalho e/ou decorrente das atividades laborais; indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos; adicionais de insalubridade; reversão de justa causa; horas extraordinárias e reflexos; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

Tratam-se de reclamações usualmente promovidas por ex-colaboradores, pleiteando as verbas e direitos supostamente sonegados pela Companhia no interregno do vínculo de trabalho.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as mesmas como possíveis em razão da existência de vasta documentação comprovando o correto pagamento das verbas; além da existência de documentos comprovando a real jornada de trabalho (cartão de ponto); entrega de equipamentos de proteção individual (EPI); treinamentos e orientações de segurança; exames médicos; investigações de acidentes e eventuais desvios de condutas dos colaboradores para

aplicação de demissão por justa causa, além de outros documentos referentes ao contrato de trabalho.

**c. Cíveis**

As ações judiciais cíveis com perda classificada como possível apresentam pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais decorrentes de acidente de trânsito, execução decorrente de auto de infração ambiental e ação civil pública decorrentes de supostos danos causados ao meio ambiente.

Os escritórios e advogados responsáveis classificam as ações cíveis como possíveis por conta da existência de documentos e outros meios de provas aptos a comprovar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos dos direitos dos autores, além de precedentes jurisprudenciais.

**FWA Empreendimentos e Participações S.A.**

No terceiro trimestre de 2017, a FWA Empreendimentos e Participações S.A. (“FWA”), ajuizou ação de Rescisão Contratual com pedido de Antecipação de Tutela que tem por objetivo a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas benfeitorias, firmado na data de 30 de setembro de 2014 com a Companhia, e por consequência, a rescisão do termo aditivo ao arrendamento e a devolução de caminhões que constituíram a forma de pagamento. Parcialmente deferida a antecipação de tutela em favor da parte autora no sentido de suspender os atos de plantio sobre a área arrendada para a safra 2017/2018, interposto agravo de instrumento no Tribunal de Justiça pela parte Companhia para anular a decisão, visto que já fora efetuado o plantio em aproximadamente 70% da área arrendada litigada. O agravo de instrumento foi julgado improcedente. Interposto agravo regimental, que teve parcial provimento, permitindo à Companhia finalizar o plantio de soja no restante da área litigada. A FWA apresentou agravo interno, sendo o mesmo parcialmente provido para limitar o plantio da safra de soja. Em primeira instância, por sua vez, após a juntada dos acórdãos e decisões proferidas nos agravos de instrumento, em 03 de dezembro de 2018 foi proferida decisão sobre as provas requeridas pelas partes, a Terra Santa se manifestou requerendo a redesignação da audiência de instrução e julgamento, pois uma das testemunhas arroladas pela ré não poderia comparecer. Assim, a audiência foi cancelada, por ter optado o juízo em ouvir as testemunhas através de carta precatória e intimando a FWA a se manifestar sobre os embargos de declaração. A Terra Santa embargou da decisão, apontando obscuridade, uma vez que não requereu fosse a audiência redesignada para oitiva das testemunhas em Nova Mutum - MT. Aguarda-se a apreciação do recurso. Em 21 de março de 2019, a FWA juntou sua manifestação aos embargos opostos pela Terra Santa contra a decisão que indeferiu a juntada de novos documentos pela ré. Em segundo grau, o Tribunal de Justiça negou provimento aos embargos de declaração, condenando ainda a Terra Santa ao pagamento de multa no percentual de 1% sobre o valor da causa. Foi interposto recurso especial contra o acórdão que aguarda julgamento.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia possui registrado na rubrica de “Outros ativos no ativo não circulante” o valor de R\$ 14.275 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 14.275) referente a adiantamentos realizados sobre o contrato de arrendamento mencionado, montante esse que poderia ser considerado não realizável somente em eventual decisão desfavorável.

Com base no entendimento dos consultores externos a Companhia classifica essa causa como possível e avalia que na hipótese de derrota no referido processo a condenação será fixada em R\$ 7.856 em 30 de junho de 2019 (R\$ 7.654 em 31 de dezembro de 2018).

## **21.4 Outras informações**

As demais ações consideradas relevantes pela Administração da Companhia são:

### ***a. Reclamações trabalhistas***

Em 17 de março de 2009, a Companhia foi notificada da existência da demanda pelo descumprimento de cláusula contratual com M. C. de M. (cláusula penal) e pedido indenizatório em razão de suposta estabilidade. A ação foi julgada procedente em primeira e segunda instâncias e ainda está pendente de julgamento de Agravo Regimental junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). O Reclamante deu início a execução provisória da sentença, sendo que na data de 15 de setembro de 2015 foi expedida Carta Precatória para o município de Nova Mutum para penhora dos bens imóveis oferecidos em garantia pela Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 15.3. Por não haver mais recursos a serem interpostos, em 19 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado da sentença, iniciando-se a execução definitiva da condenação culminando no bloqueio de R\$ 1.486, valor este já levantado em favor do reclamante. Ajuizada Ação Rescisória, de competência originária do TST, com pedido de liminar para suspensão da execução definitiva. Concedida liminar para suspender a execução definitiva e todas as ordens de bloqueio de contas até o julgamento definitivo da referida ação, que pende de julgamento. O valor atualizado da condenação é de R\$ 21.714 em 30 de junho de 2019 (R\$ 20.247 em 31 de dezembro de 2018), dos quais a Companhia provisiona o montante de R\$ 5.718 em 30 de junho de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 5.310), sendo que o restante do valor atualizado da condenação de R\$ 15.996 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 14.937), é considerado possível pela Companhia e seus advogados em razão da possibilidade de redução do valor atualizado da cláusula penal de R\$ 5.000 para R\$ 1.000, em valores originais.

### ***b. Ação cível - Construrio Ltda.***

Trata-se de ação de reintegração de posse cumulada com perdas e danos movida pela Construrio Ltda. em face de ex-investidor da Companhia (Processo no 1031/2006/2ª Vara/Comarca de Nova Mutum). Nesta ação foi proferida sentença, que após a oposição de embargos de declaração, rejeitado pelo juiz, foi publicada em 1º de fevereiro de 2012, julgando procedentes os pedidos para: (i) determinar a reintegração na posse da Construrio Ltda.; e (ii) condenar o réu ao pagamento de indenização pelo período de utilização da posse, devendo o quantum indenizatório ser apurado em liquidação de sentença. Foi interposto recurso de apelação, que foi recebido e julgado improcedente. Interpusemos Recurso Especial (REsp), ao qual foi negado seguimento. Em razão da decisão que negou seguimento ao REsp, foi interposto Agravo Regimental, também improvido. Por fim, foi interposto recurso de embargos de declaração, que foi julgado improcedente e a ação transitou em julgado. A execução definitiva da sentença está em trâmite e o autor já foi reintegrado na posse do imóvel. Está pendente apenas a apuração do valor da indenização pelo uso da terra. A possibilidade de perda é provável no montante de R\$ 7.665, o qual está provisionado em 30 de junho de 2019 (em 31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.426).



## **22 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 30 de junho de 2019, o capital social é de R\$ 2.778.353 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.728.353), dividido em 21.615.081 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2018 – 17.914.118). Adicionalmente, a Companhia possui R\$ 20.851 de gastos com emissão de ações, referente ao processo de abertura de capital, como conta redutora do capital, totalizando R\$ 2.757.502 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.707.502).

Fica assegurado aos acionistas, na proporção das ações de que forem titulares, direito de preferência para subscrição de aumentos de capital.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2019, foi aprovada a proposta de aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 50.000, mediante a emissão privada de 3.700.963 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 13,51 (treze reais e cinquenta e um centavos) por ação, bem como a emissão de 7.401.926 bônus de subscrição, que serão conferidos como vantagem adicional aos subscritores das novas ações emitidas.

Durante o prazo para o exercício do direito de preferência, encerrado em 3 de junho de 2019, foram subscritas 3.498.503 novas ações, ao preço de emissão de R\$ 13,51 ação, o que resultou em um aporte de recursos para a Companhia no valor total de R\$ 47.264. Tendo em vista que o número de sobras de novas ações não subscritas durante o período de exercício do direito de preferência (“Sobras”) solicitadas foi superior ao total de Sobras disponíveis, as 202.460 Sobras foram rateadas, alocadas e integralizadas pelos subscritores, perfazendo um montante de R\$ 2.736.

### **b. Destinação dos lucros**

O lucro líquido do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, terá a seguinte destinação:

- 5% serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.
- 
- 25% do lucro líquido de cada exercício será distribuído como dividendos obrigatórios, nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, o mesmo ficará à disposição da Assembleia para destinação.

## **23 Instrumentos financeiros**

### **a. Considerações gerais**

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela Administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

**b. Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio, que inclui capital e reservas e o capital de terceiros.

A Administração da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (nota explicativa 18 (ii)). Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

**c. Principais políticas contábeis**

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros. Conforme descrito na nota explicativa 2, exceto pelo tópico 2.2.3, as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelas adoções das novas normas.

**d. Categoria de instrumentos financeiros**

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018
<b>Ativo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	3.150	23.061	11.312	30.677
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	8.409	2.647	8.409	2.647
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	10.677	16.976	10.756	17.111
Títulos a receber	Custo amortizado	23.841	14.640	26.240	30.404
Outros ativos	Custo amortizado	<u>17.460</u>	<u>16.857</u>	<u>17.467</u>	<u>16.868</u>
		<u>63.537</u>	<u>74.181</u>	<u>74.184</u>	<u>97.707</u>
<b>Passivo</b>					
Fornecedores	Custo amortizado	233.302	192.460	233.302	192.461
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	727.348	878.606	731.607	882.755
Arrendamentos a pagar	Custo amortizado	154.260	13.251	154.260	13.251
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	-	3.951	-	3.951
Títulos a pagar	Custo amortizado	13.011	8.857	14.528	10.385

Mútuos	Custo amortizado	<u>136.804</u>	<u>86.499</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u><u>1.264.725</u></u>	<u><u>1.183.624</u></u>	<u><u>1.133.697</u></u>	<u><u>1.102.803</u></u>

Em função das operações da Companhia apresentarem natureza comercial e atenderem ao critério de somente principal mais juros, foram classificadas ao “custo amortizado”.

**e. Classificação e metodologia de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros**

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar e mútuos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o Pronunciamento Técnico CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- 
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- 
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).
- 
- Para os contratos de câmbio a termo, o valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas.

Em 30 de junho de 2019, os instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado estão classificados no Nível 2 no montante de R\$ 8.409 (ativo circulante), respectivamente (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 2.647 (ativo circulante) e R\$ 3.951 (passivo circulante), respectivamente).

**f. Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias e também, nessa nota explicativa.

**g. Estrutura do gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração, assessorado pelo Conselho Fiscal, bem como pelo Comitê Estratégico Financeiro tem responsabilidade e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Os riscos operacionais da Companhia são constantemente avaliados pela auditoria interna, a qual se reporta diretamente ao Conselho Fiscal, órgão que tem por objetivo supervisionar e estabelecer as diretrizes a serem seguidas pela auditoria interna.

Do ponto de vista dos riscos financeiros, foi criado o Comitê Operacional de Riscos, órgão não estatutário e composto pela diretoria da Companhia, com o objetivo de monitorar e administrar os riscos de exposição ao câmbio, taxas de juros, crédito e as *commodities* agrícolas, bem como tomar as medidas necessárias com o objetivo de diminuir as exposições.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

**(i) Risco de crédito**

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Historicamente, a Companhia e suas controladas não registram perdas significativas nas contas a receber de clientes.

A Administração mantém procedimentos de cobrança de clientes, conforme segue:

- (a) Créditos vencidos acima de 30 (trinta) dias: Efetuar notificação extrajudicial, informando antecipadamente a contraparte quanto a inclusão nos cadastros de restrição ao crédito.
- (b) Cadastramento em órgão de restrição ao crédito: A contraparte será incluída no cadastro de restrição ao crédito após 30 dias decorridos da confirmação do recebimento da notificação extrajudicial.
- (c) Créditos vencidos acima de noventa dias: Será realizada cobrança judicial, reunindo todos os documentos referentes à operação da negociação realizada.

A Companhia e suas controladas efetuam a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas, estabelecendo uma matriz de provisão que é baseada

em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico na qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

Parcela substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é realizada para clientes seletos e altamente qualificados, principalmente *trading companies*.

A tabela a seguir fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de clientes e títulos a receber em 30 de junho de 2019:

Nível	Rating	Taxa	Controladora		Consolidado	
			Saldo contábil	Provisão	Saldo contábil	Provisão
Risco baixo	A	0,1%	2.665	(3)	2.665	(3)
Risco razoavel	B	0,5%	8.055	(40)	8.055	(40)
Duvidoso	C	10,0%	-	-	87	(9)
Perda	D	100,0%	-	-	196	(195)
			<b>10.720</b>	<b>(43)</b>	<b>11.003</b>	<b>(247)</b>
Risco baixo	A	0,1%	-	-	-	-
Risco razoavel	B	0,5%	13.908	(70)	16.444	(83)
Duvidoso	C	10,0%	12.170	(1.217)	12.181	(1.218)
Perda	D	100,0%	4.877	(4.876)	4.886	(4.885)
			<b>30.955</b>	<b>(6.163)</b>	<b>33.511</b>	<b>(6.186)</b>
			<b>41.675</b>	<b>(6.206)</b>	<b>44.514</b>	<b>(6.433)</b>

Em função do mencionado acima, a Administração entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe a Companhia a riscos significativos de crédito. A Companhia considera o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber, como exposto a este risco. Em 30 de junho de 2019 o saldo é de R\$ 34.518 na controladora e R\$ 36.996 no consolidado (R\$ 31.616 na controladora e R\$ 47.515 em 31 de dezembro de 2018).

## (ii) *Gerenciamento do risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir e, na medida do possível, que sempre terão liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia efetuou pagamentos de empréstimos e financiamentos,

incluindo juros e custos de captação, às instituições financeiras no montante de R\$ 255.922 (em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 373.188), no consolidado. A Companhia não possuía linhas de créditos contratadas em 30 de junho de 2019, que não estivessem sendo utilizadas.

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	<b>Consolidado</b>				
	<b>Menos de um ano</b>	<b>Entre um e dois anos</b>	<b>Entre dois e cinco anos</b>	<b>Mais de cinco anos</b>	<b>Total</b>
Em 30 de junho de 2019					
Fornecedores	236.513	-	-	-	236.513
Empréstimos e financiamentos	238.079	266.001	324.607	-	828.687
Arrendamentos a pagar	28.457	32.693	78.351	109.602	249.103
Títulos a pagar	11.569	2.959	-	-	14.528
	<u>514.618</u>	<u>301.653</u>	<u>402.958</u>	<u>109.602</u>	<u>1.328.831</u>

Os valores acima apresentados referem-se ao desembolso de caixa não descontado.

### (iii) *Risco de taxa de câmbio*

A Companhia tem compromissos de venda, bem como de compras e de empréstimos e financiamentos, em moeda estrangeira. A Companhia contrata derivativos para reduzir a exposição ao risco de mudança na taxa de câmbio. Assim, o referido risco de câmbio é calculado levando-se em consideração os seguintes aspectos: (i) o impacto nas contas do balanço que são indexadas a moeda estrangeira; (ii) o impacto no fluxo de caixa das entradas e saídas de fluxo financeiro indexados à moeda estrangeira e; (iii) a Companhia adota a prática de *hedge accounting*, designando suas dívidas expostas à variação do risco cambial como *hedge* tanto das suas vendas futuras para fins de exportação, bem como vendas futuras indexadas ao dólar norte-americano, como descrito no item (h).

As variações cambiais dos empréstimos e financiamentos designados são classificadas na rubrica de “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido e tais valores são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas do objeto do *hedge*.

#### *Análise de sensibilidade de moeda estrangeira*

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 30 de junho de 2019. Para fins de análise de sensibilidade, a Administração adotou como cenário I (provável) a taxa de mercado futuro vigente na data-base de elaboração destas informações contábeis intermediárias, para o cenário II (possível) esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário III (remoto) em 50%.

Descrição	Exposição líquida em US\$ mil	Cenário I - Provável		25%		50%	
		Taxa (*)	R\$ ganho (perda)	Cenário II - Possível		Cenário III - Remoto	
				Taxa	R\$ ganho (perda)	Taxa	R\$ ganho (perda)
<b>Ativos</b>							
Depósitos bancários	2.208	3,9576	277	4,9470	2.185	5,9364	4.370
Contas a receber de clientes	685	3,9576	86	4,9470	677	5,9364	1.355
<b>Passivos</b>							
Fornecedores de insumos	53.768	3,9576	(6.743)	4,9470	(53.198)	5,9364	(106.396)
Empréstimos e financiamentos (1)	9.175	3,9576	(1.151)	4,9470	(9.077)	5,9364	(18.155)
Efeito líquido no resultado			<u>(7.531)</u>		<u>(59.413)</u>		<u>(118.826)</u>
<b>Passivos</b>							
Empréstimos e financiamentos (2)	155.115	3,9576	(19.454)	4,9470	(153.471)	5,9364	(306.942)
Efeito líquido no resultado abrangente			<u>(19.454)</u>		<u>(153.471)</u>		<u>(306.942)</u>
Efeito líquido total no patrimônio líquido			<u>(26.985)</u>		<u>(212.884)</u>		<u>(425.768)</u>

(\*) A taxa de conversão (R\$ 3,83225 para US\$ 1,00) utilizada nas tabelas de sensibilidade como cenário provável para os próximos 12 meses foi obtida na B3 - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros na data base de 30 de junho de 2019.

- (1) Empréstimos e financiamentos não designados no *hedge accounting* e com efeito no resultado do período.  
(2) Empréstimos e financiamentos designados no *hedge accounting* e com efeito no patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de venda em dólar norte-americano de produtos agrícolas, conforme divulgado na nota explicativa 30 no montante de US\$ 70.541 mil. Não foram adicionados na tabela acima, já que ainda não foram faturadas e, portanto, não estão registrados nas contas a receber de clientes.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia denominados em dólares norte-americanos estão designados no *hedge accounting*. Eventuais perdas nesses instrumentos em função da apreciação da taxa do dólar norte-americano frente ao real resultarão, em contrapartida, ganhos dos itens protegidos (no caso, as receitas da Companhia) e vice-versa.

**(iv) Risco de taxa de juros**

A Companhia possui empréstimos e financiamentos indexados pela variação da LIBOR, e aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo estes ativos e passivos às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade abaixo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

*Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros*

Para efeito de análise de sensibilidade, e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2019, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi corrigida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

Modalidade	Exposição líquida em R\$ mil	Taxa a.a (*)	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
			R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)	Taxa a.a	R\$ ganho (perda)	
Empréstimos e financiamentos								
Libor 6 meses	629.588	2,20%	(13.849)	2,75%	(17.312)	3,30%	(20.774)	
Efeito líquido no resultado			(13.849)		(17.312)		(20.774)	

(\*) As taxas utilizadas nas tabelas de sensibilidade como cenário provável foram extraídas nos sites dos órgãos oficiais de divulgação dos respectivos índices.

**(v) Valor de mercado dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são representados, substancialmente, por aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos que são corrigidos por taxas de juros variáveis, conforme divulgado nas respectivas notas explicativas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores substancialmente com vencimento em curto prazo. No entendimento da Administração devido a essas características o valor justo destes instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

**(vi) Risco dos preços das commodities**

A Companhia produz e comercializa soja, milho, girassol e derivados de algodão (caroço e pluma), produtos esses caracterizados como *commodities agrícolas* e oriundos de produção própria.

As *commodities* são negociadas no Brasil e no exterior e possibilitam a adoção de ferramentas de proteção de preços.

A maior parte da proteção contra a variação dos preços das *commodities* é realizada através de



vendas antecipadas diretamente aos clientes com entrega física.

A Companhia gerencia o risco de exposição a *commodities*, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos.

### (vii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio e nos preços das *commodities* e não são utilizados para fins especulativos.

Tipo	30.06.2019			31.12.2018		
	Valor de referência (nocial), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$	Valor de referência (nocial), em USD	Valor justo (mercado) em R\$	Efeito no resultado financeiro em R\$
Ativo						
<i>NDF</i> de valor justo (USD)	61.200	8.277	8.588	0	0	0
<i>Commodities</i> moeda						
- Milho	-	-	-	-	-	(673)
<i>Commodities</i> moeda						
- Algodão	-	-	-	-	-	-
<i>Commodities</i> preço - Milho	-	-	-	-	-	210
<i>Commodities</i> preço - Algodão	4.925	132	1.372	14.468	2.647	6.349
	<u>66.125</u>	<u>8.409</u>	<u>9.960</u>	<u>14.468</u>	<u>2.647</u>	<u>5.886</u>
Passivo						
<i>NDF</i> de valor justo (USD)	-	-	3.307	26.900	(3.951)	1.724
<i>Commodities</i> moeda						
- Milho	-	-	-	-	-	(503)
<i>Commodities</i> moeda						
- Algodão	-	-	-	-	-	-
<i>Commodities</i> preço - Milho	-	-	-	-	-	-
<i>Commodities</i> preço - Algodão	-	-	-	-	-	321
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.307</u>	<u>26.900</u>	<u>(3.951)</u>	<u>1.542</u>
	<u>66.125</u>	<u>8.409</u>	<u>13.267</u>	<u>41.368</u>	<u>(1.304)</u>	<u>7.428</u>

### (viii) Hedge accounting

Desde agosto de 2013, a Companhia efetua a designação formal de suas operações sujeitas a *hedge accounting* para os instrumentos financeiros não derivativos de proteção de fluxos de caixa das receitas de exportação de soja, algodão em pluma, caroço de algodão e milho, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia

em tomar o *hedge*; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*. Adicionalmente, vide divulgação na nota explicativa 2.2.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) afete o resultado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar o resultado na mesma rubrica que o item protegido (no caso, receita de vendas).

Em 30 de junho de 2019, os impactos contabilizados no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

Contrato de financiamentos	Exercício de realização				Total Geral
	2019	2020	2021	2022	
Crédito à Exportação	(49.297)	(5.781)	(3.762)	(296)	(59.135)
Aquisição de Imobilizado	-	-	-	(131)	(131)
Efeito no patrimônio líquido	<u>(49.297)</u>	<u>(5.781)</u>	<u>(3.762)</u>	<u>(427)</u>	<u>(59.266)</u>

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o período:

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u> (reapresentado)
<b>No início do exercício</b>	<b>(108.876)</b>	<b>(15.926)</b>
Alteração no regime de tributação em 1º de janeiro de 2018		(8.205)
<b>Saldo após alteração do regime de tributação</b>	<b>(108.876)</b>	<b>(24.131)</b>
Varição do valor justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(2.746)	(113.705)
Valores eficazes transferidos para a demonstração do resultado	51.257	8.586
Parcela ineficaz da perda transferida para o resultado financeiro	<u>1.099</u>	<u>1.059</u>
Total das movimentações ocorridas no período	<u>49.610</u>	<u>(104.060)</u>
<b>Saldo final</b>	<b><u>(59.266)</u></b>	<b><u>(128.191)</u></b>

## 24 Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

A remuneração (fixa e variável) dos diretores e conselheiros no período foi a seguinte:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Remuneração de conselheiros		
Remuneração fixa	(804)	(719)
Remuneração da diretoria		
Remuneração fixa	(1.295)	(1.729)
Remuneração variável	(1.823)	(1.176)
Encargos sociais	(434)	(351)
	<u>(4.356)</u>	<u>(3.975)</u>

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## 25 Receita líquida de vendas

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Receita bruta de vendas e serviços	470.306	380.747	471.587	405.873
Varição cambial ( <i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(52.356)	(9.645)	(52.356)	(9.645)
(-) Devoluções e abatimentos	(47)	(75,00)	(414)	(232)
(-) Impostos sobre vendas	(15.910)	(20.039)	(16.970)	(21.761)
Receita líquida de vendas e serviços	<u>401.993</u>	<u>350.988</u>	<u>401.847</u>	<u>374.235</u>

## 26 Despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Custos variáveis e gastos indiretos de produção	(107.566)	(49.711)	(80.513)	(44.099)
Matéria-prima	(178.704)	(180.023)	(178.704)	(180.023)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produto agrícola	118.778	186.359	122.459	188.686
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(141.005)	(110.528)	(141.005)	(110.528)
Despesas com pessoal	(30.597)	(34.709)	(30.738)	(35.004)
Remuneração dos administradores	(4.356)	(3.975)	(4.356)	(3.975)
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(29.555)	(30.228)	(29.987)	(30.970)
Depreciações e amortizações	(19.797)	(16.733)	(19.507)	(19.341)
Fretes, comissões e despesas portuárias	(9.042)	(6.503)	(9.042)	(6.503)
Resultado na venda e baixas de bens do imobilizado	13.912	(210)	15.504	(210)
Reversão de (perda) por redução ao valor recuperável de recebíveis	178	123	243	124
Provisão para perdas estimadas de estoques	(722)	285	(722)	285
Reversão de <i>impairment</i> de ativos	(2.935)	234	(2.910)	234
Provisões não recorrentes	(1.757)	(706)	(1.646)	1.397
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (i)	(8.282)	(9.409)	(8.551)	(12.472)
	<u>(401.450)</u>	<u>(255.734)</u>	<u>(369.475)</u>	<u>(252.399)</u>

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do período nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Custo dos produtos vendidos	(351.155)	(299.165)	(324.245)	(295.741)
Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas	118.778	186.359	122.459	188.686
Realização do valor justo dos ativos biológicos	(141.005)	(110.528)	(141.005)	(110.528)
Despesas com vendas	(9.022)	(6.497)	(9.022)	(6.498)
Despesas gerais e administrativas, incluindo armazenagem	(20.197)	(22.595)	(21.400)	(24.002)
Honorários da administração	(4.356)	(3.975)	(4.356)	(3.975)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável de recebíveis	178	123	243	124
Outras receitas (despesas) operacionais	5.329	544	7.851	(465)
	<u>(401.450)</u>	<u>(255.734)</u>	<u>(369.475)</u>	<u>(252.399)</u>

**27 Resultado financeiro**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	31	45	31	135
Ajuste a valor presente de recebíveis	158	38	204	594
Juros ativos	752	16.903	1.275	17.271
Variações monetárias ativas	1.639	1.883	1.923	1.883
Descontos obtidos	1.773	3.544	1.515	3.544
	<u>4.353</u>	<u>22.413</u>	<u>4.948</u>	<u>23.427</u>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(36.459)	(48.598)	(36.618)	(48.774)
Juros sobre arrendamentos	(7.198)	-	(7.198)	-
Juros passivos e multa de mora (i)	(12.392)	(9.355)	(6.033)	(7.175)
Variações monetárias passivas	(5.207)	(2.314)	(5.739)	(2.314)
Ajuste a valor presente de fornecedores de insumos	(9.445)	(6.350)	(9.445)	(6.350)
IOF	(1.384)	(795)	(1.410)	(878)
Amortização de custos de captação	(1.476)	(1.784)	(1.476)	(1.784)
Outras despesas	(963)	(830)	(1.036)	(855)
	<u>(74.524)</u>	<u>(70.026)</u>	<u>(68.955)</u>	<u>(68.130)</u>
<b>Derivativos, líquidos</b>				
Ganho com instrumentos financeiros derivativos	11.610	5.962	11.610	5.962
Perda com instrumentos financeiros derivativos	1.657	(2.069)	1.657	(2.069)
	<u>13.267</u>	<u>3.893</u>	<u>13.267</u>	<u>3.893</u>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>				
Variações cambiais ativas	54.317	37.571	54.317	37.812
Variações cambiais passivas	(42.808)	(60.740)	(42.801)	(60.989)
	<u>11.509</u>	<u>(23.169)</u>	<u>11.516</u>	<u>(23.177)</u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><u>(45.395)</u></u>	<u><u>(66.889)</u></u>	<u><u>(39.224)</u></u>	<u><u>(63.987)</u></u>

- (i) Refere-se substancialmente a multas e juros sobre tributos a recolher e parcelamentos tributários, juros sobre fornecedores e adiantamento de clientes. Adicionalmente, na controladora, inclui juros sobre operações de mutuo com partes relacionadas.

## 28 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	13.651	1.025	16.472	1.264
Venda de ativos a prazo	12.507	761	12.507	761
Aquisição de imobilizado financiado	3.138	1.223	3.138	1.225

## 29 Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do (prejuízo) lucro básico e do (prejuízo) lucro diluído por ação.

	Consolidado			
	2019		2018	
	Trimestre	Semestre	Trimestre (reapresentado)	Semestre (reapresentado)
(Prejuízo) lucro utilizado na apuração do (prejuízo) lucro básico e diluído por ação	(3.415)	(8.739)	15.111	54.271
Quantidade de ações no período (em milhares) - média ponderada do período	20.436	19.182	17.914	17.914
(Prejuízo) lucro por ação - básico e diluído (R\$)	(0,1671)	(0,4556)	0,8435	3,0295

## 30 Compromissos (Consolidado)

### a. Vendas futuras

Os compromissos futuros existentes em 30 de junho de 2019 referem-se a Companhia e a controlada TS Brasil S.A., como segue:

**Consolidado**

<b>Produto</b>	<b>Data de Entrega</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Contratos</b>	<b>Unidade</b>	<b>Moeda</b>	<b>Frete</b>	<b>Preço</b>	<b>Montante</b>
<b>Safra 18/19</b>								
Algodão em Pluma	Jul a Set/19	1.000	1	LP	DÓLAR	CIF	A Fixar	-
Algodão em Pluma	Jul a Set/19	6.794	13	LP	DÓLAR	CIF	0,79	11.773
Algodão em Pluma	Jul a Set/19	1.825	3	LP	DÓLAR	FOB	0,71	2.876
Algodão em Pluma	Jul a Set/19	3.601	2	LP	REAL	FOB	2,75	21.792
Algodão em Pluma	Out a Dez/19	4.000	3	LP	DÓLAR	CIF	A Fixar	-
Algodão em Pluma	Out a Dez/19	17.671	19	LP	DÓLAR	CIF	0,81	31.598
Algodão em Pluma	Out a Dez/19	4.025	3	LP	DÓLAR	FOB	0,71	6.327
Algodão em Pluma	Out a Dez/19	2.067	2	LP	REAL	FOB	2,79	12.733
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	1.400	2	LP	DÓLAR	CIF	A Fixar	-
Algodão em Pluma	Jan a Mar/20	9.329	11	LP	DÓLAR	CIF	0,81	16.624
Milho em Grãos (ii)	Abr a Jun/19	327	1	SC	REAL	CIF	20,00	7
Milho em Grãos	Jul a Set/19	148.658	14	SC	REAL	FOB	19,94	2.964
Milho em Grãos	Out a Dez/19	18.000	3	SC	REAL	FOB	19,08	343
Caroço de Algodão	Jul a Set/19	1.250	1	TON	DÓLAR	CIF	202,00	253
Caroço de Algodão	Jul a Set/19	360	1	TON	REAL	CIF	440,00	158
Caroço de Algodão	Jul a Set/19	39.981	16	TON	REAL	FOB	313,07	12.517
Caroço de Algodão	Out a Dez/19	3.750	1	TON	DÓLAR	CIF	202,00	758
Caroço de Algodão	Out a Dez/19	120	1	TON	REAL	CIF	440,00	53
Caroço de Algodão	Out a Dez/19	20.119	10	TON	REAL	FOB	273,41	5.501
<b>Safra 19/20</b>								
Algodão em Pluma	Jul a Set/20	8.050	10	LP	DÓLAR	CIF	A Fixar	-
Algodão em Pluma	Out a Dez/20	10.150	8	LP	DÓLAR	CIF	A Fixar	-
Milho em Grãos	Jul a Set/20	20.000	3	SC	REAL	FOB	20,75	415
Soja em Grãos	Jan a Mar/20	137.000	1	SC	DÓLAR	CIF	17,10	2.343
					DÓLAR (i)			72.551
					REAL			<u>56.067</u>

- (i) Em 30 de junho de 2019, o montante em dólar equivale a R\$ 278.030.  
(ii) Esse contrato não foi finalizado/entregue por opção do comprador.

## 31 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratadas junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em

consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 30 de junho de 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

	<b>Valor segurado</b>
Responsabilidade civil	85.595
Riscos diversos - Imobilizado	<u>194.672</u>
	<u><u>280.267</u></u>

## 32 Informações por segmento

A Administração da Companhia definiu o segmento agrícola como o único segmento operacional e explora as atividades agrícolas com destaque para as culturas de soja, milho e algodão, baseando-se nos relatórios utilizados pela Diretoria Executiva da Companhia e pelo Conselho de Administração, os quais são os principais tomadores de decisões operacionais e estratégicas. As metas e avaliações de desempenho são definidas e acompanhadas considerando o segmento como um todo.

O segmento agrícola abrange, principalmente, a produção e comercialização de soja, milho e algodão cujas atividades consistem basicamente em: cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização e beneficiamento de algodão em caroço.

A Companhia apresenta a receita líquida de vendas obtida na comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo, como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Mercado interno	130.761	230.528
Mercado externo	<u>271.086</u>	<u>143.707</u>
Receita líquida de vendas e serviços	<u><u>401.847</u></u>	<u><u>374.235</u></u>

A receita líquida de vendas, por segmento geográfico, elaboradas de acordo com o país de destino da receita, são assim representadas:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Brasil	69%	85%
Europa	16%	11%
Ásia	2%	1%
América do Norte	<u>13%</u>	<u>3%</u>
Total	<u><u>100%</u></u>	<u><u>100%</u></u>



O detalhamento da receita líquida de vendas por produto é apresentada a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Soja	291.746	289.906
Milho	1.175	3.345
Algodão em pluma	109.892	85.425
Caroço de algodão	1.267	2.773
Revenda de produtos	50.123	2.431
Varição cambial ( <i>Hedge</i> fluxo de caixa)	(52.356)	(9.645)
<b>Total</b>	<b>401.847</b>	<b>374.235</b>

Os principais clientes da Companhia que individualmente representaram 10% ou mais das receitas totais são como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>30.06.2019</b>	<b>30.06.2018</b>
Bunge Alimentos S.A.	31%	36%
ADM do Brasil Ltda.	13%	16%
Amaggi Exportação e Importação Ltda	15%	17%